

Confira!

Agenda de Eventos | página 59

Coluna Sindicatos | página 54

Nova diretoria da Fenavist trabalha a todo o vapor

página 32



**Exposec recebeu
45 mil visitantes
na edição deste ano**
página 6

**TST sinaliza que a Reforma
Trabalhista só vale para os
novos contratos**
página 8

**Entrevista: secretário municipal de
segurança urbana da cidade de
São Paulo, coronel José Roberto
Rodrigues de Oliveira**
página 36

MAIS QUE VALORES... CONQUISTAS!



UMA DAS MAIORES EMPRESAS DO PAÍS EM
TRANSPORTE DE VALORES E SEGURANÇA PATRIMONIAL.

MARCA TRADICIONAL EM
QUALIDADE, SEGURANÇA E CONFIANÇA.

VIGILÂNCIA PATRIMONIAL



COFRE INTELIGENTE



SEGURANÇA ELETRÔNICA



TRANSPORTE DE VALORES



- VIGILÂNCIA PATRIMONIAL;
- CONTROLE DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES;
- MONITORAMENTO E CFTV;
- RONDAS PERIMETRAIS;
- SEGURANÇA PESSOAL;

- PORTARIA E RECEPÇÃO;
- ESCORTAS ESPECIAIS;
- CONSULTORIA EM SEGURANÇA;
- TRANSPORTE DE NUMERÁRIO;
- PROCESSAMENTO DE NUMERÁRIO - TESOURARIA;

- CUSTÓDIA DE VALORES;
- TRANSPORTE, PROCESSAMENTO E GUARDA DE MOEDAS ESTRANGEIRAS;
- TESOURARIA AVANÇADA;
- COFRE INTELIGENTE.

(31) 2104-2222
www.rodoban.com.br



CONSCIÊNCIA PARA VOLTARMOS A CRESCER

Ao assumir a presidência da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), pela primeira vez, em 2014, eu me senti honrado. Assumi com a disposição de enfrentar os obstáculos e com a missão de elevar a representatividade da entidade e do segmento.

Desde o início, me senti abraçado pelos empresários. Esse apoio foi fundamental para que eu conseguisse desenvolver as ações previstas mesmo diante dos problemas que apareciam, muitas vezes, de forma inesperada.

Esses primeiros quatro anos foram fundamentais para me ensinar a ver as coisas, me desculpem o lugar comum, de forma diferente. Diria que criei calos, adquiri experiências, que, nesse novo ciclo que se inicia, serão essenciais para alcançarmos nossos objetivos e também para evitar equívocos que possam ter sido cometidos.

Ao ser reconduzido ao cargo, agora em 2018, vejo muitas semelhanças com o cenário vivido há quatro anos. Infelizmente, o Brasil continua imerso nas crises políticas e econômicas. Mas isso não pode ser motivo para desistirmos. Como empresários visionários que somos, temos que ver o momento como uma oportunidade, uma chance de mudar essa situação de terra arrasada. E a nossa principal arma é o voto.

Vamos ter consciência, sabedoria, discernimento ao escolhermos nossos candidatos. É óbvio que a discussão mais acalorada será em torno do nome do novo presidente da República. Mas, não vamos nos esquecer de que o nosso sistema de governo é quase parlamentarista, uma vez que a última palavra não é do presidente, mas sim do Congresso Nacional, que tem poder até para derrubar os vetos presidenciais.



Então, é preciso ficar atento também à escolha de deputados, senadores e governadores. Cuidado com o que eu classificaria como “esquizofrenia” na hora de votar. Lembre-se de que o presidente da República necessita de uma base de apoio para aprovar as propostas. Sem a consciência exata do que desejamos para o País, podemos acabar elegendo parlamentares com visão diferente da visão do presidente, isso dificulta a aprovação das reformas estruturais tão desejadas.

Cuidado também com as notícias falsas, as fake news. Elas já foram um problema na eleição dos Estados Unidos em 2016, e na votação que culminou com a saída da Grã-Bretanha da União Europeia no mesmo ano. Nosso segmento sabe o quanto a disseminação de uma informação mentirosa é prejudicial. Há quantos anos lutamos para acabar com o mito de que a segurança privada cresce em meio ao aumento da violência.

Assim, se não tiver certeza, não compartilhe. Pesquise, cheque, busque informações nos veículos tradicionais da imprensa. Não vamos ser responsáveis por piorar a situação. Temos sempre de nos recordar que somos líderes em nossos estados, formadores de opinião.

Este é o momento da virada. Vamos escolher de modo consciente e arregaçar as nossas mangas, fazer dos próximos quatro anos um período de avanço para o segmento e a Fenavist. Como sempre digo: juntos, somos mais fortes.

Um forte abraço.

Jeferson Furlan Nazário
Presidente Nacional da Fenavist



Presidente

Jeferson Furlan Nazário

Vice-Presidente

José Jacobson Neto

Vice-Presidentes

Alberto Mario Alves Fonseca, Alessandro Abrahão Netto de Jesus, Alex Bortoletti, Alípio José Castelo Branco, Autair Iuga, Dilmo Wanderley Berger, Edimar Barbosa, Edmilson Pereira, Edson Pinto Neto, Fernando Luiz Sizenando Silva, Flavio Sandrini Baptista, Ivan Hermano Filho, Jacymar Daffini Dalcamini, João Eliezer Palhuca, Lauro Santana, Luis Gustavo Silva Barra, Odair de Jesus Conceição, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Renato Fortuna Campos, Ricardo Tadeu Corrêa, Ruben Schechter, Sívio Renato Pires, Urubatan Estevam Romero.

Vice-Presidentes Adjuntos

Aldair Neves Pinto Júnior, Amauri de Oliveira Soares, Amílto José do Pilar, Andrea Carla, Ari Favero Dal Bem, Avelino Lombardi, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Domingos Alcantara Gomes, Fabiano Barreira da Ponte, Fernando Henrique Ribas, Gilberto Perera, Jerfferson Simões, José Elcino Rodrigues Bueno, José Evaldo Vieira, José Pacheco Ferreira, Joseph Ribamar Madeira, Leslie Castelo de Vasconcelos, Luis Fernando Azevedo da Silva, Mario Giannini Baptista de Oliveira, Orlando Braga de Almeida, Paulo César Braga Icó da Silva, Sandro Maurício Smaniotto.

Vice-Presidentes Regionais

Agostinho Rocha Gomes, Alfredo Vieira Ibiapina Neto, Angelo Roberto Jacomini (adjunto), Flavio Sandrini Baptista, Frederico Crim Câmara, Leonardo Ottoni Vieira.

Conselho Fiscal

Denilson Colodetti Pinheiro, Ernani Luiz de Miranda, Halano Soares Cunha, Sandro Ataíde Moura, Marcus Vinícius Castro do Nascimento, João José Andrade de Almeida.

Delegados Representantes

Jacymar Daffini Dalcamini, Jeferson Furlan Nazário, Odair Conceição, Waldemar Pellegrino Junior.

Conselheiros Sesc/Senac

Lélio Vieira Carneiro, Leonardo Ottoni Vieira, Sidney Tinoco, Urubatan Estevam Romero.

Conselho de Ex-Presidentes

Eunício Lopes de Oliveira, Lélio Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jerfferson Simões, Odair Conceição.

Superintendente

Ana Paula Queiroga

Jornalista Responsável

Luís Evangelista – DF 7273
ascom@fenavist.org.br

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Ascom/Fenavist

REVISÃO

Fátima Loppi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lúgia Uchôa

Fotografias

Centro de Documentação - CEDOC | Fenavist

GRÁFICA

Athalaia

TIRAGEM

5.500 exemplares
Distribuição Nacional e Pontos Internacionais

Entre em contato para fazer parte das nossas publicações.
ascom@fenavist.org.br
55 61 3327-5440

Fenavist

Ed Prime – SBS Qd 2 – Lote 15 – Bl. E – 16º andar
Salas 1.601/1.602 – CEP: 70070-120
Brasília-DF – Brasil Tel: 55 61 3327-5440
www.fenavist.org.br
fenavist@fenavist.org.br

A REVISTA FENAVIST SEGUE AS NOVAS NORMAS DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

- 06** Exposec recebeu 45 mil visitantes na edição deste ano
- 08** TST sinaliza que a Reforma Trabalhista só vale para os novos contratos
- 10** Artigo: Reforma Trabalhista e a IN Nº 41 do TST
- 14** Fake news e marketing associativo são debatidos em encontro de assessores de comunicação
- 15** Relatório revela que 48 países já sofreram com manipulação de debates públicos e eleições por meio de notícias falsas
- 18** Artigo: GDPR Impactos nas organizações brasileiras
- 22** Polícia Federal deixa Ministério da Justiça e passa a ser responsabilidade do Ministério da Segurança Pública
- 23** ANTV se reúne com ministro da Casa Civil
- 24** Enesp Centro-Oeste discute cenários políticos
- 25** Armas utilizadas no crime não têm origem da Segurança Privada
- 26** Líder sindical mineiro assume presidência da Febrac
- 28** Proposta de mudança no PIS/Cofins preocupa setores econômicos
- 29** Fenavist fecha parceria com Núcleo do Conhecimento
- 32** Capa: Nova diretoria da Fenavist trabalha a todo o vapor
- 36** Entrevista com o Secretário Municipal de Segurança Urbana da cidade de São Paulo, Coronel José Roberto Rodrigues de Oliveira
- 38** Fenavist cria premiação que reconhece o trabalho dos executivos dos sindicatos
- 40** Sindesp-PR arrecada mais de 300 peças em sua primeira Campanha do Agasalho
- 41** Potencial do Projeto Fenavist Negócios atrai cada vez mais Sindicatos
- 44** Artigo: Gestão Fiscal nas empresas
- 45** Fenavist reforça à Presidência da República a impossibilidade de contratar pessoa que esteja cumprindo pena
- 46** Missão Empresarial à África do Sul acontecerá em outubro
- 48** Artigo: Comissão de Conciliação Prévia
- 49** Informação Segura
- 50** Coluna Fenavist
- 52** Segurança Inteligente
- 54** Coluna Sindicatos
- 57** Lista de Sindicatos
- 58** Coluna Gente
- 59** Agenda



EXPOSEC RECEBEU 45 MIL VISITANTES NA EDIÇÃO DESTE ANO

Estande Fenavist/SESVESP foi o ponto de encontro da segurança privada

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP) repetiram a parceria dos últimos anos durante a 21ª edição da Exposec – Feira Internacional de Segurança, que ocorreu entre os dias 22 e 24 de maio, em São Paulo. As duas entidades tiveram um estande no evento. Consolidada como uma das principais feiras internacionais de segurança da América, é organizada pela Cipa Feira Milano, em parceria com a Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (ABESE). O evento apresentou atualizações de produtos e serviços nos segmentos de Segurança Eletrônica, Privada, Pessoal, Pública, Patrimonial e Empresarial. A feira ainda contou com palestras, lançamentos e demonstrações dos mais modernos produtos e tecnologias para o setor de segurança com os principais players da indústria.

O estande Fenavist/SESVESP já é uma tradição. O estande, instalado em um ponto estratégico da feira, foi o ponto de encontro da segurança privada.

Representantes das empresas, dos sindicatos e das entidades parceiras, além de contratantes, aproveitaram o espaço para descansar, trocar informações, fechar negócios e conhecer um pouco mais sobre as duas entidades.

Logo no primeiro dia do evento (22), o local recebeu a visita do secretário municipal de Segurança Urbana de São Paulo, cel. José Roberto Oliveira. Responsável pela Segurança da capital paulista, o coronel foi recepcionado pelos presidentes da Federação, Jeferson Nazário, e do SESVESP, João Eliezer Palhuca.

Durante a conversa, o secretário pôde conhecer um pouco mais sobre o segmento de segurança privada. O Projeto City Câmera, desenvolvido pela prefeitura de São Paulo, e que conta com o apoio do SESVESP e das empresas associadas à entidade, também esteve na pauta de discussão. A iniciativa tem como objetivo alcançar 10 mil câmeras instaladas em São Paulo nos próximos quatro anos, para inibir a ação de criminosos e aumentar a segurança e o bem-estar da população.

O modelo operacional do sistema terá a integração das imagens que serão transmitidas para o Comando da Guarda Civil Metropolitana e compartilhadas com os demais órgãos de segurança (Polícia Militar e Civil) por um canal de comunicação de dados da Internet, com a possibilidade de realizar uma triagem de ações que acontecem em ruas e avenidas da cidade. O principal diferencial do programa é a participação da população. Além das câmeras dos órgãos públicos, a rede de monitoramento contará com as câmeras de segurança residenciais e em pontos comerciais, que já se encontram distribuídas por São Paulo.

Além da importante visita do secretário municipal de Segurança Urbana de São Paulo, ao longo dos três dias de evento, o estande recebeu dezenas de empresários, fornecedores e contratantes, e o público em geral.

NÚMEROS

Segundo a organização, a participação na 21ª Exposec – Feira Internacional de Segurança resultou em um volume de negócios fechados ou encaminhados que superou as expectativas dos participantes do evento. Este ano, a feira reuniu cerca de 800 marcas expositoras e 45 mil visitantes entre empresas e profissionais de Segurança. No próximo ano, a 22ª Exposec será realizada entre os dias 21 e 23 de maio, no evento São Paulo Expo.

A presidente da ABESE, Selma Migliori, entende que a Exposec representa um marco na história do evento. “Nossos visitantes puderam acompanhar de perto o quanto o setor tem evoluído: a Ilha de Startups ABESE, o projeto City Câmera e o lançamento do Comitê de IoT vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) são alguns dos exemplos de nossa capacidade de atender às demandas do mercado por soluções disruptivas”, afirma.

Com faturamento de mais de R\$ 6 bilhões em 2017, o setor de segurança eletrônica deve crescer 8% a mais este ano, com destaque para os segmentos de videomonitoramento e portarias remotas. Os dados são da ABESE. Atualmente, o País conta com mais de 26 mil empresas de segurança eletrônica.





Foto: Secom/TST

“não se pode admitir que a contribuição sindical seja imposta a trabalhadores e empregadores quando a Constituição determina que ninguém é obrigado a se filiar ou a se manter filiado a uma entidade sindical”

TST SINALIZA QUE A REFORMA TRABALHISTA SÓ VALE PARA OS NOVOS CONTRATOS

Tribunal aprovou Instrução Normativa sobre normas processuais introduzidas pela mudança na legislação Trabalhista

O Plenário do Tribunal Superior do Trabalho (TST) aprovou, no dia 21 de junho, a Instrução Normativa 41/2018, que explicita normas de direito processual relativas à Lei nº 13.467/2017, conhecida como Reforma Trabalhista. De acordo com o texto aprovado, a aplicação das normas processuais previstas pela reforma é imediata, sem atingir, no entanto, situações iniciadas ou consolidadas na vigência da lei revogada. Assim, a maioria das alterações processuais não se aplica aos processos iniciados antes de 11 de novembro de 2017, data em que a nova lei entrou em vigor.

O documento aprovado é resultado do trabalho de uma comissão composta de nove ministros do TST instituída em fevereiro para analisar as alterações introduzidas na CLT. As instruções normativas não têm natureza vinculante, ou seja, não são de observância obrigatória pelo primeiro e pelo segundo grau. Contudo, sinalizam sobre o modo como o TST aplica as normas por elas interpretadas.

Direito processual

Segundo o ministro Aloysio Corrêa da Veiga, que presidiu os trabalhos da comissão, as questões de

direito intertemporal foram o foco, visando à definição do marco inicial para a aplicação da nova lei. “O objetivo foi assegurar o direito adquirido processual, o ato jurídico processual perfeito e a coisa julgada”, afirmou.

Seguindo essa metodologia, a Instrução Normativa trata das alterações da CLT em temas como prescrição intercorrente, honorários periciais e sucumbenciais, responsabilidade por dano processual, aplicação de multa a testemunhas que prestarem informações falsas, fim da exigência de que o preposto seja empregado e condenação em razão de não comparecimento à audiência.

O documento também se refere a diversos dispositivos relativos à fase de execução, como o artigo 844, parágrafo 6º, que prevê que não se pode exigir garantia de entidades filantrópicas.

Em relação à transcendência, a IN prevê que o exame seguirá a regra já fixada no artigo 246 do Regimento Interno do TST, incidindo apenas sobre acórdãos de Tribunais Regionais publicados a partir de 11 de novembro de 2017.

As questões de direito material serão discutidas caso a caso, no julgamento no primeiro e no segundo grau, bem assim no julgamento dos recursos sobre os temas que chegarem ao TST. A parte do direito material constante da reforma é a que trata de temas como férias, tempo à disposição do empregador, teletrabalho, reparação por dano extrapatrimonial, trabalho intermitente e extinção do contrato por comum acordo. “Em relação a esses temas, deverá haver uma construção jurisprudencial a partir do julgamento de casos concretos”, explicou o ministro Aloysio.

STF declara constitucionalidade do fim da contribuição sindical obrigatória

Por seis votos a três, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no dia 29 de junho, declarar a cons-

titucionalidade do ponto da Reforma Trabalhista que extinguiu a obrigatoriedade da contribuição sindical. O dispositivo foi questionado em diversas ações na corte. Como tramitam de forma conjunta, a decisão aplica-se a todos os processos.

Prevaleceu o entendimento do ministro Luiz Fux, que foi seguido pelos ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Marco Aurélio e Cármen Lúcia. Para eles, não se pode admitir que a contribuição sindical seja imposta a trabalhadores e empregadores quando a Constituição determina que ninguém é obrigado a se filiar ou a se manter filiado a uma entidade sindical. Além disso, eles concordaram que o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical não ofende a Constituição.

O ministro Fux foi o primeiro a divergir do relator dos processos, ministro Edson Fachin, que votou pela inconstitucionalidade do fim da contribuição sindical obrigatória. Entre os argumentos expostos por Fachin e pelo ministro Dias Toffoli e pela ministra Rosa Weber, o fim da obrigatoriedade do tributo vai impedir os sindicatos de buscar formas de organização mais eficazes para defender os direitos dos trabalhadores perante os interesses patronais.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5794, à qual as demais ações foram apensadas, norteou o julgamento. A ação foi ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e Aéreo, na Pesca e nos Portos (CONTTMAF). Nela e nos demais processos, o objeto de contestação foi o artigo 1º da Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), que deu nova redação aos artigos 545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para condicionar o recolhimento da contribuição sindical à expressa autorização dos trabalhadores.

(Com Informações da Secom/TST e da Secom/STF)

REFORMA TRABALHISTA E A IN Nº 41 DO TST



O Tribunal Superior do Trabalho, passados mais de 120 dias da publicação da Lei nº 13.467, também conhecida como lei da reforma trabalhista, editou a Instrução Normativa nº 41/2018, que dispõe sobre a aplicação das novas normas processuais.

Apesar de constar no art. 6º da nova lei trabalhista que: Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial, a justificativa apresentada pelo TST para editar essa IN foi de que as alterações promovidas pela Lei nº 13.467/17 careciam de interpretação à luz dos princípios constitucionais da irretroatividade das leis e do direito adquirido (art. 5º, inciso XXXVI, da CRFB), e do respeito à condição mais benéfica, aderida ao contrato de trabalho (art. 468 da CLT c/c Súmula 51, I, do C. TST).

Acontece que parece desnecessária essa IN, pois se há previsão expressa na nova lei de que sua aplicação será após decorridos 120 dias da sua publicação, essa aplicação deveria ser na sua totalidade, salvo se houvesse declaração de inconstitucionalidade do texto, ou previsão em contrário, o que não é o caso.

Ademais, muitas das matérias tratadas na reforma trabalhista já fazem parte da CLT, ou seja, não são incompatíveis com a lei antiga, o que atrai o fenômeno da recepção, ou validade indiscutível.

Como exemplo de normas da reforma trabalhista que são compatíveis com o texto anterior da CLT, tem-se dois casos que merecem destaque.

O primeiro caso seria o entendimento constante do art. 8º da IN que dispõe que a condenação de que trata o art. 793-C, caput, da CLT, aplica-se apenas às ações ajuizadas a partir de 11 de novembro de 2017.

É que a reforma trabalhista inseriu na CLT o art. 793-C, o qual estabelece que:

Art. 793-C. De ofício ou a requerimento, o juízo condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a 1% (um por cento) e inferior a 10% (dez por cento) do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou. (g. n.)

Então, a interpretação dada pela IN ao art. 793-C seria de que a multa por litigância de má-fé inserida na CLT somente poderia ser aplicada nas ações trabalhistas ajuizadas a partir de 11 de novembro de 2017.

Só que não faz sentido ser aplicada a multa inserida pela reforma na CLT para o litigante de má-fé somente para ações trabalhistas ajuizadas após 11 de novembro de 2017, pois muito antes da Lei nº 13.467/2017 entrar em vigor, essa matéria já era regulada pelo Código de Processo no Civil (CPC), que no art. 81 estabelece que:

Art. 81. De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou. (g. n.)

E, desde antes da reforma, na CLT já havia a previsão de que o CPC é aplicado como fonte subsidiária do direito processual do trabalho, como se pode observar do texto abaixo:

Art. 769 - Nos casos omissos, o direito processual

comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título.

O segundo caso seria o disposto na IN no art. 10 de que o disposto no caput do art. 793-D será aplicável às ações ajuizadas a partir de 11 de novembro de 2017.

É que a reforma trabalhista inseriu na CLT o art. 793-C, o qual estabelece que:

Art. 793-D. Aplica-se a multa prevista no art. 793-C desta Consolidação à testemunha que intencionalmente alterar a verdade dos fatos ou omitir fatos essenciais ao julgamento da causa.

Desde antes da reforma trabalhista, porém, já estava prevista no art. 342 do Código Penal punição para o falso testemunho, inclusive, sendo considerado crime:

Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º As penas aumentam de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.

§ 2º O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade. (d. aq.)

Então, mais uma vez fica demonstrado que não há razão nenhuma para afastar das ações ajuizadas antes de 11 de novembro de 2017 a aplicação de multa à testemunha que intencionalmente alterar a verdade dos fatos ou omitir fatos essenciais ao julgamento da causa, trazida pela reforma tra-

As leis processuais são de aplicação imediata, e, nos casos tratados, sequer as novas normas processuais causariam prejuízos a situações ou atos jurídicos já praticados, ou consolidados sob a vigência da norma revogada, pois tanto a litigância de má-fé quanto o falso testemunho já poderiam ser punidos com base em normas existentes, ainda que não estivessem inseridas na CLT.

balhista ao inserir o art. 793-C na CLT, se desde antes da reforma já havia previsão de multa para testemunhas que faltassem com a verdade.

Além disso, se nem na lei penal nem na Lei da reforma trabalhista há previsão de um verdadeiro “rito”, ou seja, não contam com previsão de instauração de um “incidente no processo” para apurar se a testemunha faltou ou não com a verdade, não seria razoável criá-lo por meio de uma Instrução Normativa, como foi feito no art. 10 da IN nº 41/2018 do TST:

Art. 10 (...)

Parágrafo único. Após a colheita da prova oral, a aplicação de multa à testemunha dar-se-á na sentença e será precedida de instauração de incidente mediante o qual o juiz indicará o ponto ou os pontos controvertidos no depoimento, assegurados o contraditório, a defesa, com os meios a ela inerentes, além de possibilitar a retratação.

O art. 10 dessa IN até mesmo contraria o disposto na Súmula 165 do STJ de que compete à justiça federal processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.

Logo, apesar de o objetivo do TST ter sido assegurar o direito adquirido processual, o ato jurídico processual perfeito e a coisa julgada, e ter assim justificado para não aplicar a ações ajuizadas antes de 11 de novembro de 2017 as normas pro-

cessuais estabelecidas pela reforma trabalhista, no caso da litigância de má-fé e de falso testemunho, parece não ter sido acertada a interpretação da IN nº 41.

As leis processuais são de aplicação imediata, e, nos casos tratados, sequer as novas normas processuais causariam prejuízos a situações ou atos jurídicos já praticados, ou consolidados sob a vigência da norma revogada, pois tanto a litigância de má-fé quanto o falso testemunho já poderiam ser punidos com base em normas existentes, ainda que não estivessem inseridas na CLT.

O fato é que se a lei da reforma trabalhista foi publicada e trouxe normas processuais sobre matérias que já contavam com previsões na legislação vigente, não há razão para consolidar a litigância de má-fé e o falso testemunho praticados em ações trabalhistas anteriores a 11 de novembro de 2017.

De qualquer forma, resta esperar se os juízes do Trabalho, na aplicação da lei da reforma trabalhista, vão afastar não as novas regras processuais, mas o disposto nos arts. 8º e 10 da IN nº 41/2018 do TST, já que, pelo fato de possuírem garantias constitucionais para atuar com independência, não estão obrigados a cumprir o que estabelece essa IN.

Dra. Cely Sousa Soares
Consultora Jurídica da Fenavist

A JP BALABAN & ADVOGADOS possui sólida experiência na recuperação de Contribuição Previdenciária Patronal.

Conheça nossas principais soluções jurídicas para esta área:

- Recuperação administrativa de Contribuição Previdenciária Patronal;
- Enquadramento da regular base de cálculo;
- Revisão do recolhimento previdenciário dos últimos cinco anos, **sem custos**;
- Software específico de contabilização, auditado pela KPMG e PWC;
- Mais de 200 milhões de reais de compensação, sem nenhuma autuação contra nossos clientes.

Rua São Thomaz de Aquino, 270
Batel | Curitiba
41 3068-4961 | contato@jpbalaban.adv.br
www.jpbalaban.adv.br


JP BALABAN
& ADVOGADOS

FAKE NEWS E MARKETING ASSOCIATIVO SÃO DEBATIDOS EM ENCONTRO DE ASSESSORES DE COMUNICAÇÃO

Jornalistas que atuam nos sindicatos ligados à Fenavist e à Febrac se reuniram em Brasília

Assessores de Comunicação dos sindicatos ligados à Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e à Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac) se reuniram, no dia 26 de junho, em Brasília, para discutir assuntos de interesse dos dois segmentos, trocar experiência, definir metas e estabelecer uma sintonia nas ações desenvolvidas.

Um dos destaques do 3º Encontro dos Assessores de Comunicação Fenavist/Febrac foi a discussão sobre as redes sociais e fake news. O assessor de Comunicação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Marcos Nascimento, mostrou a evolução das redes sociais, apresentou formas de utilização que podem maximizar o relacionamento com o público e falou um pouco sobre o futuro.

Em relação às fake news, que têm ganhado cada vez mais importância, inclusive foram motivo de debate nos Estados Unidos, já que são apontadas como fator preponderante para a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais, Nascimento mostrou que os “boatos” sempre existiram, mas que, com o avanço das redes sociais, o problema se tornou bem mais complicado de se resolver. O conteúdo é disseminado muito mais rapidamente.

Um dos principais responsáveis pela reprodução de notícias falsas são os grupos no WhatsApp da família.

Marketing Associativo

A reforma trabalhista, além de apresentar uma série de mudanças nas relações entre patrões e empregados, também trouxe modificações que afetam diretamente as entidades de classe. Dessa forma, o trabalho de comunicação das empresas representadas e da imprensa se torna ainda mais importante, uma vez que a divulgação das ações, de serviços e informações dos setores é fundamental para o fortalecimento das entidades.

Sobre o assunto, a assessora de Comunicação do



Seac-MG, Sonia Zuim, falou sobre as ações desenvolvidas pela entidade que proporcionaram maior participação dos associados. Segundo ela, o fundamental é que “os representados se sintam parte do setor”.

Ainda durante o encontro, a importância de ter porta-vozes bem preparados esteve em debate. A importância do media training foi o tema da apresentação do jornalista Exedito Filho. Com mais de 30 anos de carreira, ele trabalhou nos principais veículos de comunicação do País. Atualmente, atua na Blue e Mango Agência de Notícias e Comunicação Digital.

Ações

Além dos assuntos debatidos, os participantes também definiram ações prioritárias com o objetivo de melhorar o trabalho feito. Entre os itens que vão receber atenção especial está a criação de um banco de imagens com fotos e vídeo para uso das entidades e da imprensa, quando solicitado. Além disso, no próximo Geasseg, que acontecerá em Minas Gerais, será concedido um espaço de 30 minutos para que as jornalistas responsáveis pelo Seac-MG e Sindesp-MG, Sonia Zuim e Flávia Presoti, respectivamente, possam expor aos executivos a necessidade de um trabalho em parceria entre eles e os assessores de Comunicação.

Uma outra proposta diz respeito à criação de um aplicativo que funcionará como uma espécie de biblioteca dos setores. Nesse aplicativo, estariam disponíveis todas as revistas e levantamentos produzidos pela Fenavist, Febrac e pelos Sindicatos.



RELATÓRIO REVELA QUE 48 PAÍSES JÁ **SOFERAM COM MANIPULAÇÃO** DE DEBATES PÚBLICOS E ELEIÇÕES POR MEIO DE **NOTÍCIAS FALSAS**

No Brasil, o presidente do TSE, ministro Luiz Fux, afirmou que a corte pode até anular uma eleição se constatada a influência das fake news

O boato falso sempre existiu. É difícil encontrar alguém que nunca tenha ouvido uma informação falsa como se fosse verdadeira. O problema é que em tempos de redes sociais, a disseminação é muito mais veloz, assim como o número de pessoas atingidas é incontável. Nesse cenário, as notícias falsas, as fake news, têm conquistado espaço. Essa é uma preocupação a mais em ano de eleição.

Em 2016, a disputa pela Presidência da República nos Estados Unidos trouxe à tona um debate sobre a influência das notícias falsas no resultado de uma eleição. Há quem atribua a vitória de Donald Trump às fake news. No mesmo ano, problema semelhante foi observado durante o processo de votação que culminou com a saída da Grã-Bretanha da União Europeia. Informações falsas publicadas como verdadeiras tornaram-se uma constante.



“O artigo 222 do Código Eleitoral prevê que, se o resultado de uma eleição qualquer for fruto de uma fakenews difundida de forma massiva e influente no resultado, se anule a eleição.

Os dois casos são citados em um relatório do Instituto de Internet da Universidade de Oxford, no Reino Unido. A pesquisa mapeou iniciativas de “manipular” o debate público em todo o mundo. Entre 2010 e 2018 foram identificadas campanhas para influenciar polêmicas políticas e eleições em 48 países, incluindo o Brasil. As eleições presidenciais de 2010 são citadas pelos pesquisadores.

Segundo o estudo britânico, as formas mais utilizadas para reproduzir as notícias falsas são as contas automatizadas, chamadas de robôs, além de pessoas e empresas contratadas para interagir nos comentários e fórum de debates, de forma que se espalhe uma ideia para o maior número de pessoas. Uma outra estratégia que tem ganhado destaque são os anúncios patrocinados. Aplicativos de trocas de mensagens, como o WhatsApp, por exemplo, também são usados com frequência.

Já um Estudo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT na sigla em inglês), nos Estados Unidos, concluiu que as notícias falsas têm 70% a mais de chances de viralizarem do que as verdadeiras. Cada postagem verdadeira atinge, em média, mil pessoas, enquanto as postagens falsas atingem até 100 mil pessoas. Ainda de acordo com o estudo, quando a notícia falsa é ligada à política, a velocidade com que se espalha é três vezes maior.

Situação no Brasil

No Brasil, as notícias falsas também já se tornaram um problema. O Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (Gpopai) da Universidade de São Paulo (USP) fez a seleção de cerca de 500 páginas do Facebook e mais 100 sites de notícias para acompanhamento diário das postagens e da repercussão de cada uma. A conclusão foi que 12 milhões de pessoas difundem notícias falsas na Internet. Levando em consideração que cada um tenha 200 seguidores, as fakenews podem chegar a toda a população brasileira.

Esses números preocupam a Justiça Eleitoral. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Luiz Fux, defende o combate incisivo das notícias falsas. “Por que fiscais podem tirar propagandas infamantes do meio da rua e nós não vamos combater as fake news? Entre a mentira e a verdade, há de prevalecer a verdade, ainda que custe um pouco mais caro. Ninguém tem liberdade de expressão para publicar notícia falsa que cause dano irreparável a uma candidatura”, argumenta Fux.

Fux, inclusive, não descarta anular resultados se ficar comprovada a influência das notícias falsas. “O artigo 222 do Código Eleitoral prevê que, se o resultado de uma eleição qualquer for fruto de uma fakenews difundida de forma massiva e influente no resultado, se anule a eleição. É claro que isso demanda um acervo probatório, uma

cognição, conhecimento profundo daquilo que foi praticado. Mas a lei prevê esse tipo de sanção”, explica.

Para combater o uso de notícias falsas durante a campanha eleitoral, o TSE firmou um acordo com vários partidos. Em julho, o acordo já contava com a assinatura de 28 legendas que “se comprometem a manter o ambiente de higidez informacional, de sorte que se reprove qualquer prática ou expediente de utilização de conteúdo falso no próximo pleito”, atuando como colaboradores contra a proliferação de notícias falsas.

Com esse objetivo, a corte também firmou parceria com outros órgãos e entidades, como os que representam a imprensa e profissionais de marketing.

MUDANÇAS WHATSAPP

Para dificultar a reprodução de notícias falsas, o WhatsApp decidiu limitar o número de destinatários para o encaminhamento de mensagens. No Brasil, o usuário só conseguirá repassar o conteúdo para até vinte contatos por vez. Antes, o limite era de mais de 200. Na Índia, onde foram registrados casos até de mortes provocadas por boatos, o limite é de apenas cinco contatos.

Uma outra mudança é que, agora, o destinatário é comunicado quando a mensagem recebida não é original, mas um encaminhamento.

DICAS PARA IDENTIFICAR NOTÍCIAS FALSAS (Fonte Facebook)

- 1.** Seja cético com as manchetes. Notícias falsas frequentemente trazem manchetes apelativas em letras maiúsculas e com pontos de exclamação. Se alegações chocantes na manchete parecerem inacreditáveis, desconfie.
- 2.** Olhe atentamente para a URL. Uma URL semelhante à de outro site ou um telefone podem ser um sinal de alerta para notícias falsas. Muitos sites de notícias falsas imitam veículos de imprensa autênticos com pequenas mudanças na URL. Você pode ir até o site para verificar e comparar a URL com a de veículos de imprensa estabelecidos.
- 3.** Investigue a fonte. Certifique-se de que a reportagem tenha sido escrita por uma fonte confiável e de boa reputação. Se for contada por uma organização não conhecida, verifique a seção “Sobre” do site para saber mais sobre ela.
- 4.** Fique atento a formatações incomuns. Muitos sites de notícias falsas contêm erros ortográficos ou apresentam layouts estranhos. Redobre a atenção na leitura se perceber esses sinais.
- 5.** Considere as fotos. Notícias falsas frequentemente contêm imagens ou vídeos manipulados. Algumas vezes, a foto pode ser autêntica, mas ter sido retirada do contexto. Você pode procurar a foto ou imagem para verificar de onde ela veio.
- 6.** Confira as datas. Notícias falsas podem conter datas que não fazem sentido ou até mesmo datas que tenham sido alteradas.
- 7.** Verifique as evidências. Verifique as fontes do autor da reportagem para confirmar se são confiáveis. Falta de evidências sobre os fatos ou menção a especialistas desconhecidos podem ser uma indicação de notícias falsas.
- 8.** Busque outras reportagens. Se nenhum outro veículo na imprensa tiver publicado uma reportagem sobre o assunto, isso pode ser um indicativo de que é falsa. Se for publicada por vários veículos confiáveis na imprensa, é mais provável que seja verdadeira.
- 9.** A notícia é uma farsa ou uma brincadeira? Algumas vezes, as notícias falsas podem ser difíceis de serem distinguidas de um conteúdo de humor ou sátira. Verifique se a fonte é conhecida por paródias e se os detalhes e o tom sugerem que pode ser apenas uma brincadeira.
- 10.** Algumas reportagens são intencionalmente falsas. Pense de forma crítica sobre as informações lidas e compartilhe apenas as notícias que você sabe que são verossímeis.

GDPR

IMPACTOS NAS ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS

O GDPR é o Regulamento para a Proteção de Dados Pessoais em vigor para toda a Área Econômica da União Europeia.

Apesar de ser uma legislação da União Europeia, esse regulamento apresenta características que afetam organizações de todo o mundo. É responsabilidade dos executivos das organizações avaliar os impactos e exigências de controles para os processos de negócio e de segurança da informação.

Neste artigo, apresentamos as principais características do GDPR e os controles exigidos por ele: Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, que possui cerca de noventa páginas.

O principal objetivo dessa legislação é o tratamento de dados pessoais de pessoas singulares. Isto é: o foco é a informação de dados pessoais. O GDPR define:

Dado Pessoal é uma informação ou um conjunto de informação que se refere a uma pessoa singular.

Pessoa Singular é uma pessoa que possa ser especificada, diretamente ou indiretamente, por um identificador (nome, CPF, localização, preferências).



O GDPR possui os seguintes direcionadores de proteção:

1. Abrangência é para empresas de qualquer nacionalidade

O GDPR aplica-se a empresas de qualquer nacionalidade que satisfaçam a qualquer uma das situações abaixo.

- a. Empresas com matriz, filial ou representação física na União Europeia.
- b. Empresas sem representação física na União Europeia, mas ofereça produtos ao mercado europeu.
- c. Empresas que coletam dados de pessoas singulares localizadas na União Europeia.
- d. Empresas que monitoram dados de pessoas singulares localizadas na União Europeia.
- e. Empresas que terceirizam o processamento de dados para empresas localizadas na União Europeia.

Essa abrangência exige que muitas empresas brasileiras, dos mais variados portes e tipos de negócio, devam se adaptar a esse regulamento para o

caso de desejar fazer negócio com o mercado europeu. E quem não quer vender ou prestar serviço para os países da União Europeia?

2. Consentimento obrigatório

O regulamento declara explicitamente que qualquer dado pessoal para ser coletado e utilizado precisa ter formalmente o consentimento da pessoa singular. Usuário tem o poder. Simples assim: “Vai coletar meus dados? Tem que me pedir!”

3. Uso com finalidade específica

A coleta de dado pessoal obrigatoriamente tem que indicar qual será o uso que a empresa fará com esta informação. Não se pode coletar dados pessoais para futuros usos. É obrigatório que o objetivo da coleta dos dados seja explicitado. Evidentemente o uso dos dados somente pode acontecer para o objetivo prédefinido.

4. A coleta deve ser mínima

A coleta dos dados pessoais deve conter exclusivamente os dados necessários para atender à finalidade específica. Tem que ser transparente. No Brasil muitas empresas coletam dados desnecessários para o objetivo que é informado.

5. Estruturação dos dados pessoais

Os dados pessoais devem ter uma estruturação técnica de maneira que facilite a sua proteção e sua rastreabilidade. Quem trabalha com tecnologia da informação conhece muito bem o modo como os sistemas aplicativos e as bases de dados ao longo do tempo se transformam. Esse controle facilita o controle seguinte.

6. Mapeamento dos dados pessoais

A empresa deve ter mapeado o fluxo de existência dos dados pessoais.

Foram coletados numa ficha de papel na entrada de um hotel (exemplo), ou foram coletadas pelo site de Internet? Depois foram armazenados? Existem cópias de segurança? Os dados pessoais são fornecidos ou vendidos para parceiros? Enfim, é

necessário indicar onde e o que acontece com os dados pessoais, assim como monitorar, gerenciar e controlar o fluxo dos dados pessoais.

7. Responsabilização solidária

Ao interagir com parceiros, fornecendo ou recebendo dados pessoais, a empresa será solidária na responsabilização sobre a coleta e o uso de dados pessoais. Isto é, não adianta terceirizar o trabalho sujo. Sua empresa será responsabilizada se não foi dado o tratamento adequado exigido pelo regulamento europeu.

8. Uso de técnicas de criptografia e similar

É aconselhável demonstrar que a empresa trata de maneira adequada a privacidade dos dados pessoais, já que arquivos ou transmissões de dados pessoais utilizam técnicas de criptografia ou similares para aumentar a segurança do sigilo e acesso aos dados pessoais.

9. Data Protection Officer (Gestor de Proteção de Dados)

A empresa deve ter um profissional para exercer as funções de Oficial de Proteção de Dados, a quem cabe a principal missão, garantir que a empresa segue ou está seguindo as regras do regulamento. Ele fará a gestão de risco de dados pessoais e será o responsável pelo monitoramento e tratamento dos dados pessoais nessas empresas.

Esse profissional responde pessoalmente pela empresa e sua função e posição hierárquica não devem ter conflito de interesse. Para empresas maiores, será um profissional dedicado. Empresas menores podem ter profissionais parciais. Todas devem ter uma solução adequada ao seu porte, tipo de negócio e, em caso de uma auditoria, que essa solução seja razoavelmente aceita.

10. Data Protection Impact Assessment

A empresa deve ter no seu conjunto de Controles Corporativos a Avaliação de Impacto na Proteção de Dados Pessoais. Esse mapeamento deve ser apresentado ao corpo diretivo da organização

“O Processo Organizacional de Segurança da Informação é a base para que a organização implemente a Proteção de Dados Pessoais. A responsabilidade é do executivo (CEO), as multas são para os acionistas!”

para que os executivos tomem conhecimento dos possíveis impactos para a empresa, em função de vulnerabilidades e tratamento inadequado dos dados pessoais.

11. Comunicação de incidentes de dados

A empresa é obrigada a comunicar ao mercado e à autoridade europeia a ocorrência de qualquer incidente que comprometa o sigilo e uso inadequado dos dados pessoais. Entendo que começaremos a conhecer situações de perda, roubo ou vazamento de dados em empresas brasileiras.

12. Penalidades

As multas desse regulamento são pesadas. Afinal o bolso é o órgão mais sensível dos gestores, conselhos de administração e acionistas. Podem chegar a vinte milhões de euros ou até 4% do faturamento bruto do ano anterior.

13. Política de dados pessoais

Considerando a importância da proteção de dados pessoais, é recomendável que a empresa possua uma política específica para esse tema. Esse documento deve ser assinado pela presidência da empresa ou aprovado pelo conselho de administração.

14. Direito ao esquecimento

É o direito que a pessoa singular tem para solicitar que seus dados sejam apagados, quando não forem relevantes para as motivações para as quais esses dados foram coletados inicialmente. Porém é definido que o interesse público na disponibi-

lidade dos dados deverá ser considerado para o atendimento dessas solicitações.

15. Circulação de dados europeus

Qualquer transferência de dados pessoais para um outro país ou uma organização internacional deve seguir as regras do GDPR. Todos os controles definidos devem ser cumpridos de maneira que assegurem os dados das pessoas singulares.

Isto é, qualquer organização que queira transacionar dados que se refiram a pessoas singulares que estejam na União Europeia, deverá seguir todas as regras descritas no regulamento GDPR.

Conclusão

A legislação para a proteção de dados pessoais cada vez mais se consolida. O Brasil está prestes a ter a sua Lei Geral de Proteção de Dados semelhante ao GDPR. As organizações precisam se estruturar para cumprir os rigorosos controles.

O Processo Organizacional de Segurança da Informação é a base para que a organização implemente a Proteção de Dados Pessoais. A responsabilidade é do executivo (CEO), as multas são para os acionistas!

Edison Fontes, CISM, CISA, CRISC

Sócio Núcleo Consultoria

Estrategista, Consultor e Gestor: Segurança da Informação, Riscos, Continuidade e Combate à Fraude, Compliance.

edison@pobox.com



SEDE SINDESP-GO

**Rua dos Bombeiros nº 128, Qd. 248
Lotes 12 a 15 - Parque Amazônia
74835-210 - Goiânia - GO
www.sindespgoias.com.br**



**Av. Dr. Olavo Batista nº 33
Pirenópolis - Goiás
www.hotelsindespgoias.com.br**

29 ANOS DE HISTÓRIA EM DEFESA DE SUA REPRESENTATIVIDADE

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada, de Transporte de Valores e de Cursos de Formação do Estado de Goiás (Sindesp-GO) desde 1989 desenvolve trabalhos em Goiás, garantindo os direitos e benefícios das empresas da categoria que engloba, além da segurança privada, transporte de valores e cursos de formação em todo o Estado. São 39 associados que fazem parte desta história, e é uma imensa satisfação tê-los como nossos membros. Agradecemos pela confiança, parceria e apoio! Conheça nossa Pousada em Pirenópolis - Goiás acessando o site www.hotelsindespgoias.com.br e faça sua reserva.

<p>ANACIONAL Vigilância e Segurança Ltda. Fundada em 20/03/1985</p>	<p>Algar Segurança e Vigilância Ltda. Fundada em 08/09/2004</p>	<p>ARTSEG Segurança e Vigilância Ltda. Fundada em 20/11/2002</p>	<p>BRINKS Segurança e Transporte de Valores Ltda. Fundada em 31/08/2009</p>	<p>TIRADENTES S.A. Fundada em 10/06/1987</p>	<p>CENTRO OESTE vigilância e segurança ltda. Fundada em 04/10/2001</p>	<p>CENTURIÃO Fundada em 14/06/2016</p>
<p>CONFEDERAL Segurança e Transporte de Valores Ltda. Fundada em 10/04/1987</p>	<p>CONSERVAR Fundada em 03/01/2014</p>	<p>CONVIG Vigilância e Segurança Ltda. Fundada em 16/06/1984</p>	<p>MARABANDA E VIGILANCIA LTDA. Fundada em 04/05/1999</p>	<p>PROTECA Fundada em 23/11/2001</p>	<p>GRUPO ESCUDO ESCUDO Vigilância e Segurança Ltda. Fundada em 28/04/1996</p>	<p>FEDERAL Fundada em 17/11/1995</p>
<p>FIEL Vigilância Ltda. Fundada em 02/04/1997</p>	<p>GLOBALSEG Vigilância e Segurança Ltda. Fundada em 28/05/14</p>	<p>GOCIL SEGURANÇA E SERVIÇOS Gocil - Serviços de Vigilância e Segurança Ltda. Fundada em 07/07/14</p>	<p>GRUPO GOIÁS FORTE GOIÁS FORTE Vigilância e Segurança Ltda. Fundada em 08/11/1994</p>	<p>GRUPO GUARDIA GUARDIA Segurança e Vigilância Ltda. Fundada em 12/10/1990</p>	<p>Ipanema Segurança Ltda. Fundada em 02/06/1982</p>	
<p>LIFE DEFENSE Life Defense Segurança Ltda Fundada em 21/08/2010</p>	<p>NEWLINE New Line Vigilância e Segurança Ltda. Fundada em 11/07/2007</p>	<p>OFFICE Fundada em 16/04/2016</p>	<p>PROTECA Fundada em 19/07/1994</p>	<p>PROFORTE Fundada em 11/05/1994</p>	<p>PROGUARDA segurança serviços compromissos Vigilância e Segurança Ltda. Fundada em 10/05/2001</p>	<p>PROSEGUR BRASIL S.C. Transportadora de Valores e Segurança Fundada em 22/01/1970</p>
<p>RG Segurança e Vigilância Ltda. Fundada em 16/12/2010</p>	<p>RODOBAN Rodoban Segurança e transporte de Valores Ltda. Fundada em 27/03/2013</p>	<p>ROVER Fundada em 20/03/2014</p>	<p>segurpro Fundada em 16/08/2017</p>	<p>SITRAN Empresa de Segurança Ltda. Fundada em 28/04/1987</p>	<p>TECNOGUARDA Vigilância e Transporte de Valores Ltda. Fundada em 15/01/1998</p>	<p>TITAN Fundada em 03/02/2004</p>
<p>TOTAL Fundada em 03/02/2004</p>	<p>VITV Fundada em 23/04/1996</p>	<p>ZELLO Fundada em 26/02/1986</p>	<p>ZEPIM Fundada em 17/08/2015</p>			

POLÍCIA FEDERAL DEIXA MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E PASSA A SER RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Criada no final de fevereiro, nova pasta tem o desafio de promover a integração da segurança pública em todo o território nacional

A criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, no final de fevereiro, afetou diretamente a segurança privada. A Polícia Federal, responsável por regulamentar e fiscalizar o segmento, deixou de fazer parte do Ministério da Justiça e passou a integrar a estrutura da nova pasta. Como consequência direta, houve mudanças no comando da PF.

Escolhido pelo presidente, Michel Temer, para comandar o Ministério Extraordinário da Segurança Pública, Raul Jungmann deixou o Ministério da Defesa para assumir a nova pasta. O trabalho já começou com um grande desafio: a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro.

Além disso, Jungmann tem outra tarefa muito importante, que é promover, de fato, a integração entre as forças policiais. Isso, inclusive, está destacado na Medida Provisória que criou a pasta. Passam a integrar a estrutura básica do Ministério o Departamento de Polícia Federal, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o Departamento Penitenciário Nacional, o Conselho Nacional de Segurança Pública, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Alterações na PF

Uma das primeiras medidas de Raul Jungmann à frente do Ministério da Segurança Pública foi mudar o diretor-geral da Polícia Federal. Jungmann indicou Rogério Galloro para a vaga de Fernando Segóvia. Por sua vez, Galloro nomeou novos diretores para os demais postos da PF. Tomaram posse a delegada Silvana Helena Vieira Borges (Diretoria-Executiva – Direx), os delegados Elzio Vicente da Silva (Diretoria de

Foto: Isac Nobrega/Presidência da República



Presidente Michel Temer durante reunião com Raul Jungmann e Rogério Galloro

Combate ao Crime Organizado – Dicolor), Umberto Ramos Rodrigues (Diretoria de Inteligência Policial – DIP), Delano Cerqueira Bunn (Diretoria de Gestão de Pessoal – DGP) e Fabricio Schommer Kerber (Diretoria de Administração e Logística Policial – Dlog).

Houve mudança também na Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos, que é responsável pela segurança privada. Rosilene Gleice Duarte Santiago passa a comandar a divisão. Gleice Santiago foi superintendente regional da Polícia Federal de Roraima.

Quem é Raul Jungmann

Deputado federal por Pernambuco, Raul Jungmann tem 64 anos e é o atual ministro da Segurança Pública do governo Michel Temer. Antes de assumir o novo ministério, Jungmann comandava a pasta da Defesa. Também foi ministro do Desenvolvimento Agrário do governo Fernando Henrique Cardoso. Já exerceu o cargo de conselheiro da Light S.A., conselheiro da Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CET) e da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação de São Paulo (Prodam), além de presidente do Ibama e do Incra.

ANTV SE REÚNE COM MINISTRO DA CASA CIVIL

No encontro, entidade apresentou os problemas enfrentados pelas empresas de transporte de valores

No dia 8 de agosto, o presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes de Valores (ANTV), Odair Conceição, se reuniu com o ministro chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. Acompanhado do vice-presidente da ANTV, Paulo Cruz, e do deputado federal Arthur Maia (DEM-BA), Conceição discutiu temas da atividade de transportes de valores e da segurança privada brasileira.

O deputado Arthur Maia fez uma exposição sobre os problemas enfrentados pelas empresas de segurança, em especial as de transportes de valores. Em seguida, apresentou a ANTV ao ministro. Por sua vez, o presidente da entidade, Odair Conceição, discorreu sobre as dificuldades que o segmento vive em relação ao crime organizado. Conceição ressaltou que as transportadoras de valores têm enfrentado graves problemas pela falta ou fragilidade no controle de explosivos, desde a venda do produto, até o transporte e armazenamento.

Diante desse cenário, a associação solicitou o apoio do ministro. “Essa fragilidade tem desencadeado ações danosas à atividade e à sociedade, com assaltos cinematográficos e subtração de cifras milionárias. O dinheiro roubado é responsável por alimentar o restante da cadeia do crime”, explica o presidente da ANTV.

Também foi apontada a necessidade de o setor ser autorizado a utilizar fuzis na proteção das bases das empresas de transportes de valores, assim como nos carros-fortes quando em deslocamento intermunicipal e interestadual. “Essa é uma questão urgente. Precisamos aumentar o poder de reação quando atacados. Com isso, vamos desencorajar essa prática, que, infelizmente, tem crescido diariamente no Brasil”, argumenta Conceição.



Presidente da ANTV, Odair Conceição, se reúne com o ministro Eliseu

Uma importante solução apontada pela ANTV foi a entrada em vigor da Resolução 105, que trata das questões citadas e tramita na Casa Civil. A entidade pediu atenção especial do ministro Padilha ao tema. Também se expôs a necessidade da urgência da aprovação do Estatuto da Segurança Privada, que aguarda votação do Plenário do Senado. A comitativa da associação pediu ajuda do ministro para que a matéria seja analisada o quanto antes, considerando que ela apresenta inúmeras soluções para os problemas vivenciados pelo setor.

O ministro Eliseu Padilha se solidarizou com as demandas. O chefe da Casa Civil orientou que a ANTV se reúna com o Ministério da Defesa, uma vez que a Resolução 105 retornou à pasta, que será a responsável por despachar diretamente com o presidente Michel Temer. Em relação à aprovação do Estatuto da Segurança Privada, Padilha prometeu interceder perante o Senado.

O deputado Arthur Maia, a quem a ANTV agradeceu pela atenção concedida, comprometeu-se a agendar uma audiência com o ministro da Defesa para que a entidade possa discutir a Resolução 105.

Ministério da Segurança Pública

A audiência no Ministério da Casa Civil faz parte de uma série de encontros que a ANTV tem realizado com representantes do governo. No dia 6 de junho, o presidente da associação, Odair Conceição, e os vice-presidentes da entidade Edson Pinto e Marcos Guilherme foram recebidos pelo ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann. Assim como na reunião do dia 8 de agosto, a comitativa contou com o apoio do deputado federal Arthur Maia (PPS-BA).



ENESP CENTRO-OESTE DISCUTE CENÁRIOS POLÍTICOS

Estatuto da Segurança Privada foi outro tema abordado

Os últimos quatro anos na política brasileira foram de incertezas, instabilidade e muitas mudanças. Resultado: a economia do País entrou em recessão. Manter uma empresa funcionando se tornou um

desafio ainda maior. Administrar os números de desemprego passou a ser uma missão muito difícil. Com a segurança privada, o cenário não é diferente. Foram fechados 75 mil postos de trabalho em três anos.

Com isso, saber o que vem pela frente a partir das eleições de outubro se tornou ainda mais importante. Foi pensando justamente em promover essa discussão que o Encontro Nacional das Empresas de Segurança (Enesp) da região Centro-Oeste fez do tema Cenários Políticos e Econômicos nos Dias Atuais um dos principais debates do evento. Promovido pelos Sindicatos que representam o segmento nos estados de Goiás (Sindesp-GO), Mato Grosso (Sindesp-MT), Mato Grosso do Sul (Sindesp-MS) e Distrito Federal (Sindesp-DF), em parceria com a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), o Enesp reuniu dezenas de empresários de todo o País, além de presidentes de entidades de classe, entre os dias 16 e 17 de agosto, no Castro's Park Hotel, em Goiânia.

Na apresentação comandada pelo jornalista Demétrio Magnoli, comentarista político da Globo News, Doutor em Geografia Humana e sociólogo, ele abordou quais as possibilidades a partir do pleito de outubro, uma disputa até agora marcada pelas incertezas que cercam a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Outro assunto que mereceu destaque no evento foram as mudanças na legislação do setor. No

aguardo de ser votado pelo plenário do Senado, o Estatuto da Segurança Privada trará uma série de modificações e modernizações para o segmento. Nesse sentido, o advogado criminalista, professor MBA da FGV, pós-graduando em Compliance e Governança Corporativa e pós-graduado em Crimes Financeiros, Víctor Solla Pereira Silva Jorge foi o responsável pela palestra Reforma dos Estatutos da Segurança Privada – Suas Modificações e Implicações nas Empresas de Segurança Privada. Após a apresentação, seguiu-se um caloroso debate, em que os participantes puderam esclarecer as mais diversas dúvidas.

Prestígio

A importância do Enesp Centro-Oeste ficou evidente não apenas devido à grande participação dos empresários. A cerimônia de abertura contou com a participação do secretário de Estado da Segurança Pública (SSP) e ex-governador, Irapuan Costa Junior, o que consolida o objetivo de promover a troca de informações e experiências com órgãos reguladores e fiscalizadores, contratantes, fornecedores, imprensa e sociedade em geral.

O evento foi encerrado no dia 17 com a 23ª Reunião da Diretoria-Executiva da Fenavist. Na pauta, temas como Inovações da Contribuição Previdenciária Patronal; Votação do Estatuto da Segurança Privada; Deliberações sobre as Comissões Internas e Missão Empresarial à África do Sul.





ARMAS UTILIZADAS NO CRIME **NÃO TÊM ORIGEM NA SEGURANÇA PRIVADA**

Atlas da violência 2018 radiografa problema da segurança pública no País

Há algum tempo o SESVESP, em conjunto com as entidades representativas do segmento (Fenavist e Abrevis), tem tido contato com o Instituto Sou da Paz (que mantém pesquisa bianual) para apresentar um perfil sobre a origem das armas utilizadas pelo crime no País. As entidades sempre refutaram esse ônus às empresas de Segurança Privada e agora, com a divulgação do Atlas da Violência 2018, essa afirmação cai por terra.

O estudo do IPEA, em momento nenhum aponta essa origem, pelo contrário, o Estado em tese é responsável pelos altos índices de violência e pela ausência de segurança à população. Isso se deve à falta de uma política de fronteiras e de políticas públicas eficazes.

Entre o início dos anos 1980 e 2016, o percentual de homicídios no País cometido com armas de fogo subiu de 40% para 71% do total. Os pesquisadores apontam que houve uma “verdadeira corrida armamentista” no Brasil a partir dos anos 1980, motivada pela estagnação econômica que levou o Estado a não conseguir suprir a segurança para a população que se consolidava como maioria urbana, em uma busca de autodefesa dos cidadãos. O processo só foi interrompido em 2003, com o Estatuto do Desarmamento.

Homicídios nos estados

A evolução das taxas de homicídios foi bastante heterogênea entre as Unidades da Federação

entre 2006 e 2016, variando desde uma redução de 46,7% em São Paulo a um aumento de 256,9% no Rio Grande do Norte. Sete unidades federativas do Norte e Nordeste têm as maiores taxas de homicídios por 100 mil habitantes: Sergipe (64,7), Alagoas (54,2), Rio Grande do Norte (53,4), Pará (50,8), Amapá (48,7), Pernambuco (47,3) e Bahia (46,9). Entre os 10 estados onde a violência letal cresceu no período analisado, estão o Rio Grande do Sul e nove pertencentes às regiões Norte e Nordeste.

No Rio de Janeiro, as taxas diminuía desde 2003, mas em 2012 esse movimento se reverteu e, em 2016, houve forte crescimento dos índices. São Paulo mantém uma trajetória consistente de redução das taxas de homicídio desde 2000. Alguns fatores que podem explicar esse desempenho são as políticas de controle responsável das armas de fogo, melhorias no sistema de informações criminais e na organização policial.

A redução dos homicídios também acontece desde 2013 no Distrito Federal. A pesquisa constata a efetividade de programas como Paraíba pela Paz (PB) e Estado Presente (ES), lançados em 2011, quando esses estados eram o 3º e o 2º mais violentos do País, respectivamente. Em 2016, caíram para as posições de número 18 e 19.

(Fonte: Assessoria de Comunicação SESVESP)

LÍDER SINDICAL MINEIRO ASSUME PRESIDÊNCIA DA FEBRAC

Eleitos no dia 25 de abril, tomaram posse a nova Diretoria, o Conselho Fiscal e os Delegados Representantes perante a CNC e respectivos suplentes, da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac), presidida pelo empresário e líder sindical mineiro Renato Fortuna Campos, para o mandato de 26 de junho de 2018 a 25 de junho de 2022.

Durante a posse festiva, ocorrida no ENEAC 2018, Renato Fortuna destacou o fortalecimento da representatividade, incentivando maior participação e a construção coletiva. “Só iremos edificar as bases para as realizações futuras a partir do reconhecimento de todos aqueles que nos trouxeram até aqui, sejam eles dirigentes, seja o conjunto de nossos colaboradores e parceiros, sem os quais ações e projetos não frutificam.” E, ainda, destacou o espírito democrático e “os predicados daqueles que encontram no diálogo o meio de alcançar a eficiência e os melhores resultados”.

Renato Fortuna destacou também o compromisso que a chapa eleita assumiu de “se empenhar em dirigir nossa Federação, com o espírito de bem servir esta entidade e a categoria que representa a organização”. E lembrou que a Febrac tem se destacado no cenário nacional, superando desafios da própria atividade, se fazendo representar perante a sociedade civil, organismos governamentais e de representação institucional por lideranças sindicais conscientes das demandas e ativas em relação a elas. “Continuaremos a estreitar nossas relações institucionais, eis que é fundamental a constante valorização de nossa representatividade perante a CNC e a todas as demais entidades com as quais interagimos, sejam elas governamentais ou não.”

ENTREVISTA

Qual o sentimento de ter sido eleito presidente da Febrac?

Renato Fortuna Campos: Foi muito importante pra mim porque já almejava o cargo há alguns anos. É uma contribuição que eu tenho que dar para a atividade. Chegou o momento de me doar, doar o meu tempo para esta atividade. Por isso, planejei e me preparei para ocupar o cargo de presidente da Febrac e desenvolvi o Plano de Governança Sindical (Plansind), ações que vão nortear a minha gestão à frente da Febrac.

Sobre o Plano de Governança Sindical (Plansind), quais projetos o senhor considera prioritários?

Renato Fortuna Campos: Neste primeiro ano, o Instituto Febrac buscará melhores condições para as instituições e para o segmento. Ao negociarmos em grande escala, poderemos ter redução de alguns insumos que o segmento venha a consumir.

Outro projeto prioritário é a criação de uma base parlamentar mais forte e aproximar os parlamentares da Febrac. E também, juntamente com a Fenavist e com o Cebrasse, promover encontros com os candidatos à presidência da República para que possamos apresentar as nossas demandas e pleitos.



“O medo não pode ser maior que a paixão de vencer. Por isso, acredite no que você faz, nos seus objetivos. Gostaria de contar com o apoio e a participação de todos, diretoria e colaboradores, para alcançar com excelência os nossos objetivos e possamos fazer uma ótima Gestão”

Quais são as principais bandeiras a serem defendidas pelo senhor em sua gestão?

Renato Fortuna Campos: Reforma tributária e as cotas do aprendiz e das pessoas com deficiência nas empresas para que elas possam cumprir essa exigência na área administrativa e levando em consideração as especificidades de cada atividade.

Qual será a linha de trabalho a ser desenvolvida durante a sua gestão?

Renato Fortuna Campos: Tenho uma grande preocupação com a gestão em qualquer entidade que estou gerenciando, por isso prezo pela capacitação e treinamento dos profissionais do segmento, principalmente dos colaboradores internos da Febrac. Considero ideal uma média de 96h a 144h em treinamento para ter um desenvolvimento melhor dos funcionários e, com isso, atender com excelência aos Sindicatos.

Há alguma ação que deseja desenvolver para o fortalecimento dos Sindicatos filiados?

Renato Fortuna Campos: Sim. Pretendo organizar os Sindicatos desorganizados e descobrir se os Sindicatos filiados estão ou não conseguindo

sobreviver com o fim da contribuição sindical, e, caso estejam com dificuldades, ajudar a torná-los sustentáveis.

Além disso, contar com maior interação e participação dos Sindicatos nos projetos e Assembleias da Febrac. O auge da minha gestão será quando estiverem presentes os presidentes dos 27 estados nas nossas AGEs.

O Programa de Sustentabilidade terá continuidade na sua gestão?

Renato Fortuna Campos: Este é um tema muito importante ao qual pretendo dar continuidade na minha gestão.

Uma mensagem ao Setor

Renato Fortuna Campos: O medo não pode ser maior que a paixão de vencer. Por isso, acredite no que você faz, nos seus objetivos. Gostaria de contar com o apoio e a participação de todos, diretoria e colaboradores, para alcançar com excelência os nossos objetivos e possamos fazer uma ótima Gestão.

(Fonte: Assessoria de Comunicação Febrac)

PROPOSTA DE MUDANÇA NO PIS/COFINS PREOCUPA SETORES ECONÔMICOS

Duas mil e seiscentas horas trabalhadas por ano para pagar impostos. Essa é a realidade do empresário brasileiro, segundo o relatório Doing Business – 2010, do Banco Mundial (Bird). É o maior patamar entre 183 países. Esse cenário dificulta o crescimento econômico e a carga tributária inviabiliza muitos negócios e inibe o investimento estrangeiro.

E a situação pode ficar ainda pior. O governo trabalha com a proposta de alteração do PIS/Cofins. A ideia é colocar as empresas com faturamento acima de R\$4,8 milhões para o regime não cumulativo, ou seja, as empresas que hoje pagam uma alíquota de 3,65% sobre o faturamento vão para a alíquota de 9,25%, podendo compensar créditos de insumos adquiridos. Segundo estimativas, o aumento previsto é de aproximadamente R\$ 50 bilhões de carga tributária.

Como o setor de serviços é composto maciçamente de mão de obra (que não pode ser compensada), caso da segurança privada, a alíquota final fica bem maior. Em diversos setores de serviços, o crescimento do custo desse imposto chega a mais de 100%. Somados todos os segmentos atingidos, são mais de 21 milhões de empregos diretos. Além disso, essas atividades representam uma grande parcela do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

Com a crise econômica, o desemprego é um dos principais problemas que vêm preocupando a população, só no setor da segurança privada dentro de três anos foram fechados cerca de 75 mil postos de trabalho. Com a reforma do PIS/Cofins, esse número tende a aumentar.

As empresas não serão as únicas atingidas. O consumidor também deve sofrer as consequências. A mudança deve gerar, em média, 4,3% de

aumento nos preços, o que pressiona a inflação e pesa diretamente no bolso do consumidor.

Há ainda a preocupação com o aumento de alíquotas para compensar a exclusão do ICMS e do ISS da base de cálculo do PIS/Cofins, em virtude de uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

Por isso, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) tem trabalhado em conjunto com diversas entidades para evitar que essa alteração aconteça. A Fenavist integra a Mobilização Nacional Contra a Reforma do PIS/Cofins.

A Mobilização Nacional ocorre desde 2016, quando as lideranças se reuniram em São Paulo no dia 25 de agosto e entregaram, no dia 23 de setembro, ao presidente da Câmara dos Deputados um manifesto esclarecendo os impactos na economia que a mudança pode causar.

Para saber mais sobre a mobilização, acesse <http://contramaisimpostos.com.br/>



FENAVIST FECHA PARCERIA COM NÚCLEO DO CONHECIMENTO

Associados à Federação têm desconto de 20%

Incentivar a capacitação profissional e o desenvolvimento do setor é uma das prioridades da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist). Nesse contexto, a entidade fechou uma parceria com o Núcleo do Conhecimento. Assim, os associados à Fenavist passam a ter descontos exclusivos nos cursos oferecidos pelos profissionais da Núcleo Consultoria.

O Núcleo do Conhecimento oferece cursos de atualização e aperfeiçoamento com aulas voltadas para a prática. Em pouco tempo, o aluno se torna um profissional mais preparado para os desafios do mercado. A diversidade das disciplinas e o corpo docente permitem atender a profissionais recém-formados e executivos de segurança

que desejam aprimorar seus conhecimentos.

Inicialmente, os cursos serão ministrados em São Paulo-SP. Ao longo do segundo semestre deste ano, outros estados passarão a receber os cursos. E, até o início de 2019, a perspectiva é que as aulas passem a integrar o sistema de Ensino a Distância (EAD).

Para saber quais os cursos disponíveis e ter acesso ao código do desconto, que deve ser inserido na hora da inscrição, visite <https://pt-br.facebook.com/Fenavist-493302744063015/>

Para mais informações, agenda completa e inscrição, acesse: <http://nucleoconsult.com.br/nucleo-do-conhecimento/>

CURSOS OFERECIDOS

- *Como se tornar um consultor de sucesso e organizar sua empresa?*
- *Segurança de grandes eventos*
- *Segurança da informação integrada à gestão da segurança corporativa*
- *Gerenciamento integrado de riscos na segurança corporativa*
- *Segurança integrada em condomínios e bairros residenciais*
- *Gerenciamento de crises empresariais*
- *Inteligência aplicada à segurança*
- *Vendendo produtos e serviços de segurança*
- *Gestão da proteção contra incêndio e explosão: responsabilidade da segurança corporativa*
- *Saúde e segurança no trabalho aplicadas à gestão da segurança corporativa*
- *Metodologias e tecnologias aplicadas à inteligência e segurança integrada*
- *Gestão estratégica da segurança*
- *Você, como gestor da sua carreira!*

AGENDA

- **29/08:** Saúde e Segurança no Trabalho aplicadas à gestão da segurança corporativa
- **10/09:** Inteligência aplicada à segurança
- **11/09:** Metodologias e tecnologias aplicadas à inteligência e segurança integrada
- **24/09:** Gerenciamento de crises empresariais
- **03/10:** Segurança da informação integrada à gestão da segurança corporativa
- **06/10:** Vendendo produtos e serviços de segurança
- **06/10:** Você, como gestor da sua carreira!
- **16/10:** Segurança integrada em condomínios e bairros residenciais
- **20/10:** Segurança de grandes eventos
- **05 e 06/11:** Gestão estratégica da segurança

**QUANDO O ASSUNTO
É SEGURANÇA,
NÃO DÁ PARA SER
PELA METADE.**

SegurPro.
Segurança por completo.



Imagem ilustrativa.



O Grupo Prosegur apresenta a empresa que vai transformar o mercado de segurança: SegurPro. Ela chega com expertise de 40 anos de atuação global, somada a soluções baseadas em inovação tecnológica e integração de recursos. Tudo para oferecer alta performance, customização e níveis cada vez mais elevados de segurança. **Com a SegurPro, é você completamente tranquilo e sua empresa completamente segura.**




segurpro
GRUPO
PROSEGUR



Diretoria da Fenavist - 2018 a 2022

NOVA DIRETORIA DA FENAVIST TRABALHA A TODO O VAPOR

O empresário paranaense Jeferson Nazário foi reeleito presidente da Fenavist. Ele comanda a entidade no quadriênio 2018-2022

Na manhã do dia 24 de abril, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) elegeu, por aclamação, a chapa "Fenavist Avançando" para dirigir a entidade no período de 2018-2022. Com isso, o atual presidente, Jeferson Nazário, comandará a entidade por mais quatro anos. Ele terá como vice José Jacobson Neto.

Formada por empresários e representantes de sindicatos de todo o País, a nova diretoria evidencia a harmonia e o excelente trabalho desenvolvido pela Fenavist nos últimos anos. A eleição também definiu o conselho fiscal e os delegados representantes junto à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

A aprovação do Estatuto da Segurança Privada, o fortalecimento econômico da atividade e o combate à clandestinidade estão entre as principais metas da diretoria. "O fim vai ser a aprovação do Estatuto da Segurança Privada nessa primeira fase. E a segunda fase vai ser a regulamentação", declarou Jeferson Nazário no discurso, após a proclamação do resultado.

Nazário também incentivou uma participação maior de todos os sindicatos e empresários nas decisões da entidade. "Se nós tivermos uma organização confiável, uma organização democrática, em que cada um faça sua parte naquilo que está assumindo, na sua função, no seu cargo, a gente vai ter uma Federação moderna, bem combativa e atuante. Precisamos fazer com que as pessoas nos estados participem da gestão, que ajudem o presidente no seu estado, para que realmente represente a segurança privada e faça seu papel social. Para sermos fortes, precisamos que todos estejam engajados", afirmou.

O presidente reeleito agradeceu o apoio de todos e reafirmou a importância de quem o antecedeu no comando da Fenavist. "Hoje, a Federação tem um nome perante o Legislativo, Executivo e Judiciário muito forte. Isso não foi construído por mim, mas pelos presidentes que me antecederam. Cada um ajudou a construir e a transformar a Federação no que ela é hoje", destacou.

Após o discurso, Jeferson Nazário foi saudado pelos presentes, que proferiram palavras de apoio e comprometimento com o futuro da Fenavist.

Planejamento Estratégico

Sem dúvida alguma a aprovação do Estatuto da Segurança Privada, que aguarda votação no Plenário do Senado, é a principal meta da nova diretoria, que iniciou os trabalhos no dia 22 de julho. Durante a primeira gestão da Federação por Jefferson Nazário, a nova legislação caminhou a passos largos com a conclusão da análise na Câmara dos Deputados e aprovação na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Infelizmente, os problemas políticos enfrentados pelo País nos últimos meses impediram que o Estatuto tivesse sido aprovado em definitivo no ano passado.

Ainda em relação ao Congresso Nacional, a diretoria da Fenavist dispensará atenção a outros projetos que impactam diretamente o setor. A entidade dará continuidade ao trabalho executado pelos parlamentares para esclarecer e elencar os problemas que poderão advir de uma aprovação do piso nacional dos vigilantes. A Fenavist compreende a importância dos trabalhadores serem bem remunerados para que possam desempenhar as atividades com tranquilidade. No entanto, a criação de um salário nacional único é inviável.

Devido às características singulares do Brasil, que apresenta extensão continental e 27 unidades federativas, é preciso levar em consideração as especificidades de cada região, uma vez que o próprio governo, um dos principais contratantes, estabelece valores diferenciados para cada estado. Além disso, deve-se observar o poder da economia de cada região, que também sofre variações.

A Fenavist continuará atenta a matérias que promovem alterações na lei de licitações. Por se tratar de um serviço focado em mão de obra, a segurança privada não pode se submeter às mesmas regras praticadas em pregões que visam à contratação de material de escritório, por exemplo.

Outra dura batalha que será travada nos próximos meses diz respeito à reforma do PIS/COFINS pretendida pelo governo. A alteração nas alíquotas provocaria um aumento gigantesco das despesas das empresas. Desse modo, a Federação continua-

rá atuando juntamente com outras entidades para evitar essa arbitrariedade.

Duas reformas estruturantes também estão entre as ações que receberão apoio da entidade perante o Poder Legislativo. As reformas da previdência e tributária são essenciais para recolocar o País nos trilhos. As alterações são imprescindíveis para diminuir o Custo Brasil e atrair novos investimentos.

É preciso destacar que as ações da Fenavist não são restritas ao Congresso Nacional. A busca pelo desenvolvimento sustentável do segmento é outra das prioridades. Nesse sentido, O Fórum da Segurança Privada, que reúne os principais players do País, continuará a receber atenção especial. Criado como um espaço democrático de ideias, o grupo tem estabelecido metas e planejado ações que vão ajudar na reestruturação da atividade.

O Projeto Fenavist Negócios, que tem o objetivo de diminuir os custos operacionais das empresas para que ofereçam produtos de melhor qualidade, com preços vantajosos e garantia de cumprimento do contrato, será expandido. As parcerias firmadas pelo Projeto fortalecem a cadeia produtiva e ajudam a tornar os sindicatos e a federação autossuficientes.

A publicação do Estudo do Setor da Segurança Privada (ESSEG) e a realização do Encontro das Empresas de Segurança (Enesp) nas cinco regiões do País também continuam como ações essenciais. Além disso, fazem parte do planejamento estratégico da Federação: desenvolver um modelo para um Instituto de Arbitragem, criar Câmaras de Negociação e Conciliação; criar um grupo para desenvolver programas organizacionais que aprimorem a gestão de pessoas e organizacional nos Sindicatos; planejar novas missões empresariais; oferecer treinamento aos diretores sindicais com noção de advocacy, segmentação, marketing de serviços, relações institucionais e outros; estabelecer procedimento para denúncia contra empresas clandestinas; investir no Projeto Piloto para identificar empresas clandestinas ou erros no sistema.

CONHEÇA UM POUCO MAIS SOBRE O PRESIDENTE E O VICE-PRESIDENTE DA FENAVIST



Jeferson Furlan Nazário (Presidente)

No ano 1995, formou-se em Educação Física pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do estado do Paraná. Em 2002, concluiu o curso de Direito pela Universidade do Tuiuti, no Paraná. Possui 30 anos de experiência em empresas prestadoras de Serviços de Vigilância e Limpeza, trabalhando sempre nas áreas administrativa, financeira e comercial. Exerceu, durante 10 anos, o cargo de diretor-executivo da empresa G5 - Grupo Cinco Sistemas Integrados de Segurança Soc. Ltda., que opera no ramo de segurança eletrônica. Desde 1998 atua como sócio administrativo

na Empresa Brasileira de Segurança Ltda. (EMBRASIL), do segmento de vigilância orgânica, na cidade de Curitiba-PR. Elaborou diversos trabalhos na área de custos e obteve a participação em diversas conferências, palestras e congressos nas áreas de vigilância física e monitorada, e limpeza e conservação.

José Jacobson Neto (Vice-Presidente)

Formado em direito pela Universidade Mackenzie e em Administração pela FIG, José Jacobson Neto é 2º tenente da Reserva – C.P.O.R./SP. Com longa experiência no segmento de segurança privada, é presidente do Grupo GP – Guarda Patrimonial de São Paulo S/C Ltda. Além de vice-presidente nacional da Fenavist, José Jacobson Neto ocupa cargos importantes em outras entidades de classe. É presidente da ABREVIS e da FESESUL, vice-presidente do SESVESP e diretor da CEBRASSE. O empresário também é membro da Comissão Consultiva para Assuntos da Segurança Privada da Polícia Federal.



COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA TITULAR DA FENAVIST QUADRIÊNIO 2018 A 2022

- Presidente Nacional: Jeferson Furlan Nazário
- Vice-Presidente Nacional: José Jacobson Neto
- Vice-Presidente de Secretaria: Odair de Jesus Conceição
- Vice-Presidente Financeiro: Urubatan Estevam Romero
- Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos: Jacymar Daffini Dalcamini
- Vice-Presidente de Assuntos Intersindicais: Ivan Hermano Filho
- Vice-Presidente de Assuntos para Transporte de Valores: Alessandro Abrahão Netto de Jesus
- Vice-Presidente de Assuntos para Escolta Armada: Autair Iuga
- Vice-Presidente de Assuntos para Segurança Pessoal Privada: Alípio José Castelo Branco
- Vice-Presidente de Assuntos para Segurança Eletrônica: Dilmo Wanderley Berger
- Vice-Presidente de Assuntos para Segurança Patrimonial: Edson Pinto Neto
- Vice-Presidente de Assuntos para Cursos de Formação: Ricardo Tadeu Corrêa
- Vice-Presidente de Assuntos de Segurança Bancária: João Eliezer Palhuca
- Vice-Presidente de Assuntos junto ao Poder Legislativo: Paulo Roberto da Cruz Azevedo
- Vice-Presidente de Assuntos junto ao Poder Executivo: Fernando Luiz Sizenando Silva
- Vice-Presidente de Assuntos Sociais: Edimar Barbosa
- Vice-Presidente de Assuntos de Planejamento: Flavio Sandrini Baptista
- Vice-Presidente para Assuntos da Região Norte: Francisco de Assis Bezerra da Fonseca
- Vice-Presidente para Assuntos da Região Nordeste: Agostinho Rocha Gomes
- Vice-Presidente para Assuntos da Região Centro-Oeste: Leonardo Ottoni Vieira

- Vice-Presidente para Assuntos da Região Sudeste: Frederico Crim Câmara
- Vice-Presidente para Assuntos da Região Sul: Alfredo Vieira Ibiapina Neto
- Vice-Presidente de Assuntos de Qualificação: Renato Fortuna Campos
- Vice-Presidente de Assuntos de Comunicação e Marketing: Silvio Renato Pires
- Vice-Presidente de Assuntos de Relações com Instituições Policiais: Ruben Schechter
- Vice-Presidente de Assuntos de Gerenciamento de Risco: Alberto Mario Alves Fonseca
- Vice-Presidente de Assuntos de Saúde e Medicina do Trabalho: Edmilson Pereira
- Vice-Presidente de Segurança Rural: Luis Gustavo Silva Barra
- Vice-Presidente de Assuntos de Qualidade Sindical: Alex Bortoletti
- Vice-Presidente de Assuntos de Normas e Regulamentos: Lauro Santana

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA ADJUNTA DA FENAVIST QUADRIÊNIO 2018 A 2022

- Vice-Presidente de Secretaria: Joseph Ribamar Madeira
- Vice-Presidente Financeiro: Fabiano Barreira da Ponte
- Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos: Aldair Neves Pinto Júnior
- Vice-Presidente de Assuntos Intersindicais: Jerfferson Simões
- Vice-Presidente de Assuntos para Transporte de Valores: Mario Giannini Baptista de Oliveira
- Vice-Presidente de Assuntos para Escolta Armada: José Elcino Rodrigues Bueno
- Vice-Presidente de Assuntos para Segurança Pessoal Privada: Luis Fernando Azevedo da Silva
- Vice-Presidente de Assuntos para Segurança Eletrônica: Fernando Henrique Ribas
- Vice-Presidente de Assuntos para Segurança Patrimonial: Amauri de Oliveira Soares
- Vice-Presidente de Assuntos para Cursos de Formação: José Pacheco Ferreira
- Vice-Presidente de Assuntos de Segurança Bancária: Amilto José do Pilar
- Vice-Presidente de Assuntos junto ao Poder Legislativo: Carlos Gualter Gonçalves de Lucena
- Vice-Presidente de Assuntos junto ao Poder Executivo: Avelino Lombardi
- Vice-Presidente de Assuntos Sociais: Sandro Maurício Smaniotto
- Vice-Presidente de Assuntos de Planejamento: Paulo César Braga Icó da Silva
- Vice-Presidente para Assuntos da Região Centro-Oeste: Ângelo Roberto Jacomini
- Vice-Presidente de Assuntos de Qualificação: Domingos Alcântara Gomes
- Vice-Presidente de Assuntos de Comunicação e Marketing: Ari Fávero Dal Bem
- Vice-Presidente de Assuntos de Relações com Instituições Policiais: Leslie Castelo de Vasconcelos
- Vice-Presidente de Assuntos de Gerenciamento de Risco: Orlando Braga de Almeida
- Vice-Presidente de Assuntos de Saúde e Medicina do Trabalho: Andrea Carla Gomes Pimenteira Thomaz
- Vice-Presidente de Assuntos de Qualidade Sindical: José Evaldo Vieira
- Vice-Presidente de Assuntos de Normas e Regulamentos: Gilberto Perera

COMPOSIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA FENAVIST JUNTO À CNC, AO SESC E SENAC QUADRIÊNIO 2018 A 2022

- 1º Delegado Representante junto à CNC: Jeferson Furlan Nazário
- 2º Delegado Representante junto à CNC: Odair Conceição
- 3º Delegado Representante junto à CNC: Jacymar Daffini Dalcamini
- 4º Delegado Representante junto à CNC: Waldemar Pellegrino Junior
- 1º Conselheiro junto ao Conselho Nacional do Sesc: Lélvio Vieira Carneiro
- 2º Conselheiro junto ao Conselho Nacional do Sesc: Urubatan Estevam Romero
- 1º Conselheiro junto ao Conselho Nacional do Senac: Leonardo Ottoni Vieira
- 2º Conselheiro junto ao Conselho Nacional do Senac: Sidney Tinoco

CONSELHO DE EX-PRESIDENTES

- Eunício Oliveira
- Lélvio Vieira Carneiro
- Cláudio Neves
- Jerfferson Simões
- Odair Conceição



ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA DA CIDADE DE SÃO PAULO, CORONEL JOSÉ ROBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA

A Revista Fenavist conversou, com exclusividade, com o secretário municipal de Segurança Urbana da cidade de São Paulo, coronel José Roberto Rodrigues de Oliveira. Na conversa, assuntos como o desafio de tornar a maior cidade do País mais segura e a parceria entre as segurança pública e privada. O Projeto City Câmera também fez parte do bate-papo. Confira!

Para começar, como é o desafio de ser o responsável pela segurança de uma das maiores metrópoles do mundo?

Ser responsável pelas políticas públicas em segurança de uma cidade como São Paulo é um desafio enorme. Esse desafio é minimizado quando encontramos uma administração dedicada a fazer esse enfrentamento. Lembro que segurança pública tem sido ao longo dos anos atribuição dos estados e da união, e a própria Constituição delega ao município a faculdade de criar guardas municipais para cuidar dos próprios municipais.

Temos uma gestão muito comprometida com a segurança da população, o que nos faz implementar projetos que possam trazer resultados de impacto no combate à criminalidade.

Ao assumir o cargo de secretário municipal de Segurança Urbana de São Paulo, o que mais chamou a atenção do senhor?

Minha experiência até assumir tinha sido na esfera estadual, na qual a dinâmica é muito diferente. No município, as demandas são diretas e as soluções são necessariamente implementadas por nós mesmos. A cobrança é diária e direta, mas a satisfação em ver o resultado acontecendo também é visível.

Quais são as prioridades da secretaria atualmente? E, para o futuro, quais as metas?

Nossa principal prioridade é colaborar com a diminuição da criminalidade na capital, para isso, a atual gestão tem investido em segurança e tecnologia para fortalecer as ações da GCM e da Defesa Civil, tornando as operações mais rápidas e eficazes. Alguns exemplos são: a utilização de drones; o City Câmeras, que hoje conta com 1.535 câmeras, imagens fornecidas ao poder público para ajudar em investigações; e o aplicativo SP+SEGURA, plataforma colaborativa para comunicação em tempo real sobre o que ocorre na cidade.

“Tenho dito todos os dias que o número de pessoas do bem é muito maior que o número de pessoas na prática do crime. Assim, são importantes a participação e a colaboração de todos nesse enfrentamento à criminalidade”

Na visão do senhor, qual a estratégia para derrotar, em definitivo, a criminalidade que assusta não só os moradores da cidade de São Paulo, mas de todo o País?

A estratégia a ser desenvolvida é a união entre poder público e sociedade civil e integração entre as forças de segurança na cidade.

Como o senhor enxerga a parceria entre a segurança pública e a segurança privada, considerando o diálogo aberto que a secretaria mantém com o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP)?

A parceria tem sido muito importante, pois o desafio na segurança pública é de todos nós e, juntos, sempre somos mais fortes, e fazer parceria com esse exército de profissionais da segurança privada é imperioso e urgente.

A Secretaria está à frente de uma iniciativa muito importante que é o Projeto City Câmera. O projeto, que conta com a parceria de empresas de segurança privada, é um dos carros-chefes da gestão paulistana. O senhor poderia falar um pouco sobre a ação? Como surgiu a ideia? Como funciona? Quais os objetivos? Qual a importância da participação das empresas de segurança privada? E as perspectivas, quais são?

Os projetos da SMSU surgiram da necessidade de unir tecnologia a favor da segurança. Os municípios podem aderir aos programas citados de ma-

neira voluntária. Existe uma avaliação de que São Paulo tenha mais de um milhão de câmeras, e, se pudermos ter acesso a elas, isso é de fundamental importância, e elas, dentro de um programa governamental, ajudam a dificultar o crime e atuam diretamente na prevenção.

Ações na área de segurança sempre recebem atenção nos discursos e debates com candidatos aos governos estaduais e à Presidência da República.

O combate à violência e à criminalidade é uma das principais preocupações do governo, porque segurança pública é prioridade. A prevenção é parte da estratégia para combater esse problema e a tecnologia é uma das ferramentas para ajudar nessa transformação. Outras medidas importantes que podemos destacar nesta nova gestão são o aumento das atividades operacionais da GCM com a contratação de novos guardas e com a reestruturação da Secretaria. A criação recente do SUSP coloca todas as esferas de governo nesse sistema e, assim, todos os candidatos majoritários na eleição próxima futura devem ter esse tema em sua plataforma de governo.

Qual a mensagem que o senhor deixaria para todos os brasileiros em relação ao enfrentamento da criminalidade?

Tenho dito todos os dias que o número de pessoas do bem é muito maior que o número de pessoas na prática do crime. Assim, são importantes a participação e a colaboração de todos nesse enfrentamento à criminalidade.

FENAVIST CRIA PREMIAÇÃO QUE RECONHECE O TRABALHO DOS EXECUTIVOS DOS SINDICATOS

Vencedor será conhecido durante o XXXIV GEASSEG

O sucesso do trabalho desenvolvido pelos sindicatos depende de muitos fatores. Um dos principais é a atuação dos colaboradores. Nesse sentido, o papel do executivo, profissional responsável por coordenar a equipe, executar as ações definidas pela diretoria, por se relacionar diretamente com os associados, entre outras funções, ganha ainda mais importância.

Principal representante do segmento, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) tem, justamente, entre as suas principais atribuições incentivar o desenvolvimento da atividade e das entidades filiadas. Dessa maneira, a Fenavist entende que reconhecer o trabalho desenvolvido pelos executivos dos sindicatos é fundamental.

Nesse cenário, a Federação criou o Prêmio Executivo Extraordinário da Segurança Privada Nacional. A primeira edição será realizada em 2018. O prêmio visa estimular o executivo de cada estado a buscar novos meios de crescimento e progressão de cada sindicato nas áreas administrativa, política, financeira e social, de modo que se desenvolvam ideias democráticas que proporcionem a expansão do setor no estado em que atua.


Os profissionais de todos os sindicatos ligados à Federação puderam se inscrever. Os concorrentes apresentaram os motivos pelos quais a indicação foi feita, ou seja, a relação com os serviços prestados em favor do segmento estadual ou nacional, comprovando à Fenavist o enquadramento nas exigências dessa deliberação.

Cada executivo tem apresentado, mensalmente, um relatório contendo todos os processos de elaboração das ações adotadas durante o mês, no qual são descritas brevemente as dificuldades encontradas na elaboração e execução dessas ações.

Bimestralmente também haverá reuniões, por meio de videoconferências, a fim de discutir, avaliar e propor melhorias para a complementação do projeto. Durante as reuniões, até a entrega final desse projeto, serão avaliados os seguintes critérios: possui metas claras e bem definidas?; O plano de ação é executável?; O plano é sustentável?.

O vencedor será conhecido no XXXIV Encontro do Grupo de Executivos de Asseio e Segurança (GEASSEG), que acontecerá entre os dias 7 e 10 de novembro, em Ouro Preto-MG. Durante o evento, cada participante terá até 10 minutos para apresentar o plano de ação. Serão atribuídas notas de 0 a 5, que serão computadas para a escolha final do Executivo Extraordinário do Ano.

A entrega do prêmio acompanhada do certificado será feita em uma comemoração especial, em que se concederão a passagem e hospedagem do ganhador para sua participação no evento. Na edição de 2018, cinco executivos estão na disputa: Adriana Wollinger, executiva do Sindesp-PR; Evandro Fortunato Linhares, gerente administrativo-financeiro, do Sindesp-SC; Mário Martins Filho, diretor-executivo do Sindesp-RJ; Priscilla Dayanne dos Santos Leite, assessoria-executiva do Sindesp-AM; e Ronaldo Elias Pena, diretor-executivo do Sesvesp.



Lutamos para que
a Segurança seja
cada dia mais
FORTE!

Fundado em agosto de 1988, o Sindesp-MG defende, orienta, coordena e representa legalmente o segmento da Segurança Privada em Minas Gerais.

Saiba mais sobre o Sindesp-MG e as empresas associadas.

Acesse www.sindesp-mg.com.br



SINDESP-PR ARRECADA MAIS DE 300 PEÇAS EM SUA PRIMEIRA CAMPANHA DO AGASALHO

Nesta primeira edição, em Curitiba (PR), o sindicato contou com o apoio de empresas do setor. As doações serão realizadas por uma entidade paranaense

A Campanha do Agasalho, realizada pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (Sindesp-PR), terminou com sucesso de arrecadação. A primeira edição da campanha promovida pela entidade arrecadou cerca de 300 peças de roupas e cobertores. As peças serão doadas ao Programa do Voluntariado Paranaense (Provopar), em Curitiba (PR).

A campanha do Sindesp-PR convocou as empresas do setor a fazer um inverno mais feliz das famílias carentes de Curitiba. “Contamos com o apoio das empresas parceiras do Sindicato e seus colaboradores. A primeira edição da campanha foi um sucesso e ficamos contentes com a colaboração e nossa meta para o próximo ano é dobrar a

arrecadação, resalta o presidente do Sindesp-PR, Alfredo Ibiapina.

As peças arrecadadas já foram encaminhadas ao Provopar, o qual viabiliza programas e ações para melhoria da qualidade de vida de moradores do Paraná. “Muitas famílias serão beneficiadas nesta campanha e estamos muito agradecidos aos parceiros e amigos do Sindesp-PR”, completa a executiva Adriana Wollinger.

O Provopar Estadual é uma associação civil, sem fins econômicos e lucrativos, que presta assistência social, educacional, beneficente, cultural, ambiental, em saúde e geração de renda e sua missão é contribuir para a melhoria da qualidade de vida, cidadania e humanização da sociedade paranaense.



Campanha do Sindesp-PR arrecadou mais de 300 peças



POTENCIAL DO **PROJETO FENAVIST** NEGÓCIOS **ATRAI CADA VEZ MAIS SINDICATOS**

Quatorze entidades já assinaram o termo de adesão. Outras estão bem próximas da formalização

Um conjunto de ações que promove a redução do custo operacional das empresas oferece produtos de boa qualidade por um preço menor e com a garantia do cumprimento do contrato, além da autossuficiência das entidades de classe que representam o segmento. Isso não é um sonho. É uma realidade que tem nome e sobrenome: Projeto Fenavist Negócios.

O princípio é o da compra em escala. Por ter atuação nacional, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) consegue negociar contratos com fornecedores com uma série de vantagens. O melhor de tudo isso, independentemente do porte e número de funcionários, é que todas as empresas têm acesso aos produtos e serviços pelo mesmo valor.

A eficácia do Projeto Fenavist Negócios tem atraído cada vez mais atenção. Desde o início da reformulação do Projeto no ano passado, 14 sindicatos estaduais (Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Paraíba, Paraná e Tocantins) já assinaram o termo de parceria com a Fenavist. Muitos outros estão em negociação, bem próximos de formalizarem a adesão.

Conforme cresce o número de sindicatos participantes, também aumenta o número de fornecedores parceiros, produtos e serviços. Atualmente, estão disponíveis os seguros de vida, de responsabilidade civil e garantia, todos oferecidos pela Fianzas. Os tíquetes de alimentação e refeição, da Sodexo, também fazem parte do catálogo, as-

sim como o plano de assistência odontológica da Prodent.

Por sua vez, uma parceria com a BIORC disponibiliza empréstimo consignado com juros justos e facilidade na obtenção do crédito. Já a JP Balaban oferece consultoria de assessoria tributária e administrativa, que identifica potenciais pagamentos indevidos à Receita, ao INSS, contribuições, e ajuíza ações para o ressarcimento desses valores.

O Projeto Fenavist Negócios apoia ainda o Benefício Social Familiar, que é um inovador modelo de atendimento social e apoio, que, há mais de 20 anos, objetiva dar maior amparo aos empregados e a suas respectivas famílias, bem como às empresas.

Palestras

O Projeto também promove a capacitação de empresas e gestores. Entre os produtos e serviços disponibilizados estão palestras sobre diversos temas que impactam a atividade. As apresentações são feitas por profissionais especializados e com vasto conhecimento na área de segurança privada. O melhor de tudo é que as palestras estão disponíveis para sindicatos e empresas associadas. O custo é mínimo.

Entre os assuntos abordados estão Reforma Trabalhista, Convenções Coletivas, e-Social, Liderança, Relação entre Empregado e Empregador, Inovações da Contribuição Previdenciária Patronal, Neurovendas, Construção de Equipes Vencedoras, Redução de Passivo Trabalhista, Projeto de Comunicação e Marketing Sindical de Alta Performance, Gestão Eletrônica da Segurança Privada (GESP) e a IN 5.

A experiência com as apresentações tem sido um sucesso. Nos últimos meses, diversos sindicatos promoveram palestras com base no catálogo oferecido pelo projeto. Em alguns casos, já houve mais de um evento.

A qualidade dos temas e dos palestrantes, inclusive, tem chamado a atenção de entidades ligadas a outras atividades econômicas. Assim, os Sindesp's já promoveram palestras em parceria com a OAB, Seac's, o Sebrae, associações comerciais, a Fecomércio e outros.



Presidente do Sindesp-RO entrega doações

Dessas parcerias têm surgido novas iniciativas. O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Rondônia, em treinamento promovido em parceria com a OAB-RO, a CDL-RO, o Sebrae-RO, a Fecomércio-RO e a empresa Planear, solicitou a doação de alimentos por parte dos participantes. Os produtos arrecadados foram repassados a uma senhora de 86 anos, que há mais de 40 anos se dedica a causas sociais. O presidente do Sindesp-RO, Francisco de Assis Fonseca, fez a entrega.

Saiba mais

Para conhecer mais sobre o Projeto Fenavist Negócios, acesse www.fenavist.org.br ou envie um e-mail para fenegocio.assessoria@fenavist.org.br.

Você também pode tirar dúvidas pelo telefone **61 3327-5440**.

SEGURO DE VIDA VIGILANTE

ALÉM DAS INÚMERAS VANTAGENS AO CONTRATAR O SEGURO DE VIDA COM A FIANZAS,
VOCÊ ENCONTRARÁ O MELHOR CUSTO BENEFÍCIO PARA SUA EMPRESA.

CONSULTE-NOS E VEJA O QUE TEMOS DE ESPECIAL PARA VOCÊ!


**A ÚNICA PARCEIRA DE SEGURANÇA
DE VIDA DA FENAVIST**



 projetovigilante@fianzas.com.br

 (41) 3029-7044

 @fianzascorretora
@projeto Fenavist

 (41) 98405-1858

 @fianzascorretora
@projeto Fenavist

GESTÃO FISCAL NAS EMPRESAS

Não é novidade afirmar que o Brasil possui uma carga tributária elevada, altos custos de produção e de contratação de mão de obra e um complexo sistema fiscal. Bem, isso já que não é novidade, vamos tratar neste artigo da relação com o “fisco”, federal, estadual e municipal, até porque prevenir é melhor que remediar.

A primeira orientação é conhecer as obrigações acessórias que precisam ser cumpridas, mas não apenas sua indicação, mas a data de apresentação ao governo, em as todas suas esferas, e quais as informações devem ser enviadas. O empresário precisa saber da importância dos controles internos para gerar os dados que serão aplicados na elaboração dos arquivos e relatórios.

Uma segunda orientação importante é afastar a máxima de que “tenho um contador que se preocupa com isso” ou ainda “tenho que me concentrar na área comercial, isso toma muito tempo”. Tanto a equipe do setor comercial (vendas e contrato de serviços) quanto a equipe de compras devem conhecer a legislação fiscal aplicável ao negócio, aos produtos comercializados e aos serviços prestados, pois esses causam impacto direto nos preços e podem conduzir a decisão de compra e as políticas de venda ou comercialização e os preços dos serviços. Estamos vivendo a Era da Informação e da celeridade do fluxo de dados, assim, quem conhece os aspectos relevantes da determinação do preço, consegue tomar decisões mais rápidas e com maior segurança.

Outra questão igualmente relevante é o controle interno e o acompanhamento do cumprimento das obrigações fiscais, sugerindo-se dois serviços. O primeiro é o da Auditoria, interna ou independente. O objetivo é certificar os empresários do



exato cumprimento das obrigações fiscais, sociais e previdenciárias para a observância às normas aplicáveis. O segundo é um acompanhamento permanente, para a qual se faz necessária a contratação de uma assessoria. Neste caso, os objetivos são o acompanhamento durante a execução das rotinas e a orientação direta à equipe sobre a legislação fiscal, social e previdenciária. Na essência dessa proposta está a intenção de que funcione como uma antecipação da fiscalização, retificando informações porventura equivocadas e procedendo ao recolhimento da diferença apurada, evitando uma fiscalização presencial, ou seja, é preciso se antecipar à fiscalização.

Enfim, essas orientações são relevantes para que o empresário possa evitar problemas com o fisco e com multas que causam impacto negativo no caixa da empresa, a principal preocupação da Gestão Fiscal nas empresas.

Adriana Mesquita Café Marrocos
Sócia da Marrocos Serviços Contábeis e responsável contábil da Fenavist. CRCDF 20.725

FENAVIST REFORÇA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA A IMPOSSIBILIDADE DE CONTRATAR PESSOA QUE ESTEJA CUMPRINDO PENA

Entidade ressaltou que atividade tem legislação própria que inviabiliza a contratação

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) enviou ofício ao presidente da República, Michel Temer, e à presidente do Supremo Tribunal Federal, Carmen Lúcia, responsável por assinar como presidente interina, no dia 24 de julho, o decreto 9.450/2018. De acordo com o texto, as empresas de prestação de serviços contratadas pelo governo deverão incluir no quadro de funcionários egressos do sistema prisional e todo tipo de preso, incluindo os que estão em regime fechado.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que em nenhum momento o texto fala expressamente das empresas de segurança privada. Além disso, a legislação já existente sobre o assunto deixa claro que, para exercer qualquer função, o preso precisa atender às especificidades da profissão. Foi justamente esse ponto que a Fenavist reforçou no ofício. A entidade ressaltou que a atividade de segurança privada possui legislação própria, que exige curso de formação específico e comprovante de antecedentes criminais, o que torna inviável a contratação de egressos e presos.

A Fenavist considera a iniciativa do governo positiva, uma vez que o trabalho de ressocialização é fundamental para diminuir os altos índices de reincidência no sistema penitenciário nacional. No entanto, lembra que a contratação de presos para a função de vigilante pode criar outro problema. Como os profissionais trabalham armados, essa situação pode provocar temor dos colegas de trabalho e da população que se dirige aos órgãos públicos.

Assim, a Federação pede que “sejam revistos os termos do decreto, e especialmente que seja prevista a exclusão das contratações de serviços de empresas de segurança privada, tendo em vista que elas possuem legislação especial, que disciplina as empresas e os seus empregados vigilantes, segundo a Lei nº 7.102/1983”.

Por fim, a entidade resalta que, caso haja um entendimento incorreto da lei, o caso pode acabar na justiça. Por isso, solicita a máxima atenção do governo e do poder Judiciário, “evitando-se, assim, a busca das vias judiciais, que implicarão custos para o Estado e para as empresas, que podem ser evitados diante da situação óbvia”, conclui o documento.

MISSÃO EMPRESARIAL À ÁFRICA DO SUL ACONTECERÁ EM OUTUBRO

Programação foi fechada pela Fenavist em parceria com a embaixada do país africano no Brasil



A evolução da atividade de segurança privada no Brasil está intrinsecamente ligada ao conhecimento de novas tecnologias, novas formas de atuação e conhecimento de outras legislações. A busca por conhecimento é primordial para a sobrevivência sustentável do mercado. Ciente da sua responsabilidade, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) atua para proporcionar essa evolução.

Com experiências bem-sucedidas em visitas realizadas a países como França, Espanha, Israel e Colômbia, por exemplo, a Fenavist acaba de finalizar a programação da Missão Empresarial à África do Sul. As tratativas com a Embaixada do país africano no Brasil tiveram início em 2017.

O sinal verde para a missão foi dado no dia 12 de março, quando o vice-presidente da Fenavist para Assuntos Intersindicais, Ivan Hermano Filho, se reuniu com o embaixador da República da África do Sul no Brasil, Ntshikiwane Joseph Mashimbye. No encontro, o embaixador entregou um documento à Federação que confirma o apoio da autoridade responsável pela segurança privada no país africano ao Projeto.

Programação

A Missão Empresarial à África do Sul será realizada entre os dias 11 e 20 de outubro. A programação inclui uma agenda extensa com reuniões e visitas

que vão proporcionar uma imersão profunda no mercado de segurança privado sul-africano.

O primeiro compromisso será um encontro com a Autoridade Reguladora do Setor de Segurança Privada da África do Sul (PSIRA). Os participantes serão apresentados às atividades executadas pelo segmento no país. Também vão conhecer legislação, estrutura, realidade, perspectivas atuais, relacionamento com o governo, ações para conter o grave problema de violência, entre outros assuntos. Ainda durante esse encontro, a Fenavist irá apresentar o mercado brasileiro aos representantes da PSIRA.

A programação da missão também inclui um encontro com os órgãos reguladores. Na conversa, serão abordados temas como fiscalização do setor, processo legislativo e como é a ação da segurança pública.

Estão previstas ainda uma visita a uma empresa de segurança e a discussão do papel do governo e do setor de segurança privada no controle da segurança interna e resolução de conflitos no continente.

Para mais informações e inscrições, os interessados devem entrar em contato com a Fenavist pelo telefone 61 3327-5440 ou pelo e-mail fenavist@fenavist.org.br



Parceria entre SindVigilantes Curitiba e Sindesp-PR tornam o sonho da casa própria possível ao vigilante

Pensando em melhorar a qualidade de vida dos vigilantes, o SindVigilantes Curitiba e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (Sindesp-PR) fecharam parceria com uma grande construtora de imóveis no plano Minha Casa Minha Vida, da Caixa Econômica Federal, para tornar o sonho da casa própria uma realidade aos vigilantes de Curitiba e região.

São casas e apartamentos com dois quartos, a partir de 136 mil reais, em condomínios com piscina, quiosques com churrasqueira, playground, salão de festas, quadra poliesportiva, academia, cinema e muito mais. Tudo isso tem um preço acessível, com prestações de entrada a partir de 299 ao mês, além de um bônus de mil reais para os associados, que pode ser utilizado em qualquer fase da entrada, além das facilidades de financiamento pela Caixa.

Esses empreendimentos estão implantados em quase toda a região metropolitana de Curitiba, tais como Araucária, Almirante Tamandaré, Colombo, Campo Largo, Pinhais, São José dos Pinhais e Fazenda Rio Grande.

“Proporcionar a realização do sonho da casa própria ao trabalhador é dar melhor qualidade de vida a ele. Essa proposta possibilita ao vigilante sair do aluguel e investir seu dinheiro em um projeto de vida, que é o da compra de uma casa para sua família”, enfatizaram tanto o presidente do Sindesp-PR, Alfredo Ibiapina, como o presidente do SindVigilantes Curitiba, Fetravispp e Contrasp, João Soares.





COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

No último dia 28/06/2018, na sede do sindicato profissional SINDVIG-GOIÂNIA, por intermédio do idealizador, Leonardo Ottoni Vieira – presidente do Sindesp-GO, houve a cerimônia de inauguração e implantação da Comissão de Conciliação Prévia dos segmentos de segurança privada e asseio e conservação.

A Lei nº 9.958/200 acresceu o título VI-A à Consolidação das Leis do Trabalho, instituindo as Comissões de Conciliação Prévia (CCP), com o fito de incentivar a solução extrajudicial dos conflitos trabalhistas.

Com o advento da Lei nº 13.467/2017, intitulada Reforma Trabalhista, que trouxe verdadeiro empoderamento às Convenções Coletivas de Trabalho, as Comissões de Conciliação Prévia, presentes na CCT, ganharam mais destaque na seara jurídica.

O fato é que as demandas perante a Justiça do Trabalho vêm aumentando excessivamente. A Justiça trabalhista brasileira encontra-se congestionada por grande volume de processos e o número de juízes do trabalho e servidores não tem aumentado na mesma proporção. Isso ocasiona a demora da solução jurisdicional dos conflitos individuais trabalhistas que poderiam ser resolvidos de forma bastante célere.

A implantação da Comissão de Conciliação Prévia pelos segmentos de segurança privada e asseio e

conservação possui a finalidade precípua de reduzir o volume de processos judiciais e devolver aos interessados a oportunidade de resolverem as suas questões de forma satisfatória, além de buscar a celeridade na resolução do conflito, gratuidade ao trabalhador, e redução de custos para as empresas.

A forma de atuação da Comissão se dá pela auto-composição, em que o conflito é resolvido pelas próprias partes, por meio de ajuste de vontades, mediante auxílio de terceiros facilitadores, o mediador e os representantes do Sindicato Profissional e Patronal.

As comissões não julgam, não proferem uma sentença, somente buscam uma conciliação entre as partes. Têm a função de somente apaziguar a lide, propondo um acordo entre os demandantes.

Por intermédio das Comissões de Conciliação Prévia, busca-se a transação em quaisquer conflitos individuais do trabalho entre as categorias econômica e profissional representadas. O Sindesp-GO e o SEAC-GO esperam com esse instrumento que a Justiça do Trabalho seja desafogada, permitindo que as ações tenham um curso mais rápido, com decisões de melhor qualidade e cada vez mais justas.

Kellen Pyles e Ludmilla Leal
Assessoria Jurídica Sindesp-GO

JUSTIÇA DO TRABALHO DE ARACAJU RECONHECE A **INCOMPATIBILIDADE** DA CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES PARA O **EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA**



O juiz da 9ª Vara do Trabalho de Aracaju-SE, Horácio Raymundo de Senna Pires, julgou improcedentes os pedidos propostos, em ação civil pública, pelo Ministério Público do Trabalho em desfavor da Empresa Pinheiro Segurança e Vigilância Ltda. O MPT exigia a contratação de aprendizes pela empresa. Na decisão do dia 26 de junho, o magistrado reconhece a incompatibilidade da contratação de aprendizes para o exercício da atividade de vigilância.

O juiz foi taxativo em considerar a prática inviável. Em relação aos aprendizes menores de idade, ele ressaltou que “as normas de proteção a esta espécie de trabalhador, a exemplo da que veda o trabalho noturno, incompatível com a jornada escolar, insalubre, perigoso ou penoso, impedem o entendimento no sentido de que seja possível essa contratação”.

Quanto à contratação dos aprendizes entre 18 e 21 anos, o magistrado lembrou que a legislação estabelece a idade mínima de 21 anos para a função de vigilante. “Também entendo pela total impossibilidade de contratação. Isso porque o art. 16, da Lei nº 7.102/83, estabelece como um dos requisitos para o exercício da função de vigilante a idade mínima de 21 anos.”

Horácio Pires ainda também considerou inadmissível a execução do serviço de vigilância por aprendizes entre 21 e 24.

O argumento é de que a Lei nº 7.102/1983 exige o curso de formação, que é imprescindível para a realização da atividade. O magistrado ressaltou os riscos que a falta de preparo poderia trazer aos jovens.

“Como imaginar que um vigilante seja contratado para portar uma arma de fogo, defender o patrimônio alheio e até mesmo pessoas, em situações muitas vezes de extremo estresse e extremo perigo, sem que esteja adequadamente treinado? (...) Está claro que essa conduta resulta em risco do trabalhador e de terceiros, inclusive de outros trabalhadores, colegas de posto. O serviço especial do qual se trata (a prática propriamente dita) não pode ser a primeira experiência de um trabalhador. Aqui, em que pese a necessidade de dar aplicabilidade à importantíssima regra constitucional que garante o direito ao adolescente à profissionalização, não se pode mitigar outros direitos, de igual modo relevantes.”

Para ter acesso à íntegra da decisão, acesse:

https://pje.trt20.jus.br/visualizador/pages/conteudo.seam?p_tipo=2&p_grau=1&p_id=00r9pE%2FtCIM%3D&p_idpje=%2BXOXTiip7IE%3D&p_num=%2BXOXTiip7IE%3D&p_npag=x

Presidente da Fenavist participa da 107ª Conferência Anual da Organização Internacional do Trabalho



O presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jeferson Nazário, integrou a Delegação Tripartite do Brasil que participou da 107ª Conferência Anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nazário foi um dos escolhidos pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) para representar a entidade no evento, realizado entre os dias 25 de maio e 8 de junho, em Genebra, na Suíça.

O encontro, que aconteceu no Palácio das Nações Unidas, reuniu representantes de trabalhadores, empresários e governos de 187 países membros da OIT. Na pauta de discussão, formas de combater o desemprego no mundo, combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, assédio moral e violência contra a mulher nos locais de trabalho.

O presidente da Fenavist também participou do jantar oferecido pela CNC, em Genebra, que contou com a presença da embaixatriz do Brasil na Suíça, Susan Kleebank, e do então ministro do Trabalho, Helton Yomura.

Fenavist participa da inauguração da sede da Cebrasse

No dia 12 de julho, o vice-presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) para Assuntos Financeiros e diretor da Central Brasileira do Setor de Serviços (CEBRASSE), Urubatan Estevam Romero, participou da inauguração da sede da Central, localizada na Rua Baronesa de Bela Vista 411, salas 304/305, na Vila Congonhas, em São Paulo.

Na sequência, foram discutidos temas relevantes para o setor de serviços, como a tramitação do Projeto de Lei das Licitações e o andamento da Reforma Tributária, entre outras ações do setor de serviços.



Fenavist participa de reunião com o Banco do Brasil

Almocistas, reajustes e nova sistemática após a implementação do e-Social estiveram na pauta de reunião entre a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) com representantes do Banco do Brasil. O encontro, realizado no dia 24 de maio, em Brasília, serviu para que a Fenavist e a instituição financeira buscassem o entendimento em questões de grande importância.

Em relação ao almocista, tema que tem causado bastante preocupação, o vice-presidente da Fenavist para Assuntos de Segurança Bancária, Alfredo Ibiapina, afirmou que a substituição dos vigilantes de 8h48min/dia em horário de almoço é tema que vem sendo tratado em nível nacional. Além disso, explicou que a troca nesse intervalo é extremamente polêmica, uma vez que provoca diversos problemas de execução, especialmente em unidades localizadas em cidades pequenas e distantes das cidades em que as empresas possuem bases operacionais.

Ibiapina ainda ressaltou que as empresas de segurança privada contratadas pelo Banco do Brasil vêm mantendo os serviços de vigilância de forma ininterrupta em todos os postos, cumprindo integralmente o contrato. Informou, também, que os vigilantes lotados nas agências são indenizados pelas horas de almoço não concedidas, de modo que há custo efetivo para as empresas, inclusive superior ao que representaria uma hora de rendição de almoço do "intervalista".



Dessa forma, a Fenavist solicitou a suspensão das notificações e cobrança da rendição do BB. Outra proposta apresentada por Alfredo Ibiapina foi a concessão de prazo para eventuais adequações.

Retirada de chaves

Ainda no dia 24 de maio, o vice-presidente da Fenavist para Assuntos de Segurança Bancária, Alfredo Ibiapina, se reuniu com representantes do Banco Itaú para tratar do procedimento para retirada das chaves das agências dessa Instituição.

Fenavist participa de reunião com Presidente Michel Temer



A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) foi uma das entidades que participaram de uma reunião promovida pelo Ministério Extraordinário da Segurança Pública para discutir parcerias entre a pasta e o setor privado. O encontro, que ocorreu no dia 26 de abril, contou com a participação do presidente da República, Michel Temer, e do ministro do Trabalho, Helton Yomura.

A Fenavist se fez representar pelo vice-presidente para Assuntos de Representatividade Patronal, Denilson Colodetti Pinheiro, pela superintendente da entidade, Ana Paula Queiroga, e pelo consultor Vagner Jorge. Também participaram do encontro federações ligadas à indústria e ao comércio.

Presidente da Fenavist participa do Encontro dos Chefes de Delesep's

No último dia 8 de agosto, o presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores, Jeferson Nazário, participou do Encontro dos delegados responsáveis pelas Delegacias de Segurança Privada da Polícia Federal (PF), as Delesep's. Os delegados estiveram reunidos em Brasília para discutir diversos assuntos sobre o segmento.

O presidente da Fenavist foi um dos palestrantes do evento. Nazário apresentou a Federação aos delegados e ressaltou que o segmento sempre atuou em parceria com a PF. Ele também evidenciou a preocupação do setor com os serviços irregulares, a substituição de vigilantes por vigias e porteiros, além da necessidade de todos trabalharem pela aprovação do Estatuto da Segurança Privada. Jeferson Nazário também questionou os delegados sobre qual visão eles têm do segmento e o que eles esperam da atuação das empresas. Além do presidente da Fenavist, diversos presidentes de sindicatos também participaram do Encontro.





A sugestão de leitura da Biblioteca de Segurança é o livro Reforma do Setor de Segurança, de Sérgio Luiz Cruz Aguilar. A reforma do setor de segurança é um tema pouco discutido no Brasil apesar de existir desde os anos 1990, ter sido implementada em diversos países, em diferentes situações e ser trabalhada conceitualmente por acadêmicos e praticantes por quase duas décadas.

Os processos de reforma se tornaram peças-chave na reconstrução de Estados considerados frágeis, falidos ou recém-saídos de conflitos armados, mas também têm sido implementados em países onde ocorre a transição do autoritarismo para governos democráticos e naqueles em que o setor de segurança não cumpre corretamente com seus objetivos de proteção do Estado e de seus cidadãos.

Em razão da amplitude desse tema, o livro apresenta textos de diversos especialistas com o objetivo de permitir aos leitores uma reflexão e um aprofundamento intelectual sobre a reforma do setor de segurança. “Partindo da premissa que a segurança pública e a segurança privada são complementares, se faz necessário conhecer cada vez mais as capacidades e limitações da segurança provida pelo Estado e como a segurança privada poderia contribuir com a melhoria da sensação de segurança em nosso país!”

Boa leitura!

Saiba mais, acesse www.bibliotecadeseguranca.com.br

JOVEM PRO FISSIONAL

SEAC-SC-ICAEPS

Conheça o Jovem Profissional

Em parceria com a Junior Achievement, o SEAC-SC e o ICAEPS apresentam o curso **Conectado com o Amanhã**, que busca preparar jovens de 14 a 24 anos para o Mercado, abordando temas como Mercado de Trabalho, Liderança, Feedback, Gestão de Carreira, Currículo, Entrevista de Empresa, Networking e Empreendedorismo. Após o curso, o currículo do jovem será disponibilizado no nosso Banco de Currículos, e estará disponível para as empresas cadastradas.

Para mais informações, procure o sindicato laboral da sua categoria, o RH da sua empresa ou o ICAEPS.

Quem pode Participar?

Jovens entre 14 a 24 anos, preferencialmente filhos de colaboradores das empresas do segmento de asseio, conservação e serviços terceirizados, filhos de colaboradores em empresa de vigilância, empresas cadastradas e jovens em vulnerabilidade social do Estado de SC.

Onde pode ser realizado?

Sede ICAEPS
Empresas cadastradas
Sindicatos Laborais ou Parceiros
Entidades Beneficentes / Comunidade

Inscrições

www.icaeps.com.br



APOIO



Empreendedorismo
para transformar

Sinvig Sindicato dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Vigilância e Segurança Privada de Chapecó e Região. **Sindesecon** Sindicato dos empregados em empresas prestadoras de serviços asseio e conservação de Jaraguá do Sul e Região. **Sindlimp** Sindicato dos Empregados em Empresas Prestadoras de Serviços de Asseio e Conservação de Blumenau e Região. **Sindacon** Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e Serviços Terceirizados de Criciúma e Região Sul de Santa Catarina. **Sindlimp** Sindicato dos Empregados em Empresas Prestadoras de Serviços de Asseio e Conservação de São José e Região. **Seaac** Sindicato dos empregados de empresas de asseio e conservação do estado de SC. **Sinvac** Sindicato Empregados Empresas Vigilância Transporte Valores Região Sul SC. **Sinvac** Sindicato Vigilantes Empresas Segurança Vigilância Prestadora Serviço Asseio Conservação Trabalhadores Vale do Itajaí. **Sindvig** Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância e Segurança Privada Prestadoras de Serviços de São José e Região. **Sinvac** Sindicato dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Vigilância e Segurança Privada de São Bento do Sul e Região - SC. **Sinvtirav** Sindicato dos Vigilantes e empregados em empresas de vigilância e segurança privada de Joinville. **Sinvac** Sindicato Vigilantes Empresas Segurança Vigilância Prestadora Serviços Conservação e de Transportes Valores Joaçaba. **Sindvigilantes** Sindicato dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Vigilância e Segurança Privada de Jaraguá do Sul e Região. **Sinvac** Sindicato dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância. Empresas Prestadoras de Serviço, Asseio e Conservação e de Transporte de Valores de Blumenau e Região. **Sinver** Sindicato Dos Vigilantes E Empregados Em Empresas De Vigilância E Segurança De Tubarão E Região. **Sindvig** Sindicato Dos Empregados Em Empresas De Vigilância E Segurança Privada Prestadora De Serviço No Município De Florianópolis SC. **Sinvac** Sindicato dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, Empresas Prestadoras de Serviço, Asseio e Conservação e de Transporte de Valores de Lages e Região - SC.

A ABTV está nas Redes Sociais

A Associação Brasileira de Transporte de Valores (ABTV) lançou dois canais de comunicação com a sociedade e associados por intermédio das redes sociais. Agora você pode ficar por dentro do que acontece na ABTV por meio do Facebook e do Twitter.

Todos os dias, pelo Twitter, a ABTV compartilhará notícias de interesse para o mercado e informações sobre eventos da principal atividade monetária do País.

O Facebook será uma ferramenta para divulgação de dados consolidados do setor, como os balanços trimestrais e semestrais produzidos pela entidade, e informações sobre a transformação do mercado de transporte de valores no Brasil e no mundo.

Siga no Twitter @ABTValores e curta no Facebook @ABTValores.

Sindesp-MG promoverá encontro com empresários do interior de Minas

A exploração irregular das atividades de segurança privada e a prática de preços inexecutáveis por uma parcela de empresas do setor são temas recorrentes no segmento da segurança privada que comprometem a qualidade da prestação de serviços, trazendo prejuízos para a sociedade.

Preocupados com esse cenário, o Sindesp-MG vem trabalhando, insistentemente, com uma série de ações e campanhas educativas no combate à segurança clandestina e à prática de preços inexecutáveis.

Uma dessas ações é a realização de encontros com empresários contratantes dos serviços de segurança privada em cidades do interior de Minas Gerais.

O Sul de Minas será a primeira região a receber o encontro de empresários do Sindesp-MG. Na oportunidade, os participantes receberão orientações de especialistas e autoridades no assunto

sobre os riscos da contratação de um serviço clandestino e/ou irregular.

O Encontro, promovido pelo Sindesp-MG, integra as ações da nova campanha contra a segurança clandestina do Sindicato mineiro.

Rio Grande do Sul chega ao fim do impasse com o fechamento das Convenções Coletivas de Trabalho

O Sindesp-RS comemora o fechamento das Convenções Coletivas de Trabalho para o período 2018/2020 com as cláusulas de natureza econômica e 2018/2019 com as cláusulas de natureza econômica.

Os pontos de maior controvérsia foram os diversos regimes de horário de trabalho e a contribuição assistencial dos empregados, que, com o advento da Reforma Trabalhista, têm estado presentes em inúmeras outras negociações de outros segmentos. No caso da segurança privada, as partes chegaram ao consenso depois do novo clausulamento criado após a promulgação da Lei nº13.467, de 13 de julho de 2017.

Apesar dos contratempos, o Sindesp-RS finalizou as negociações. Segundo o presidente da entidade, Silvio Pires, “foram diversas reuniões na busca de garantir os direitos tanto para as empresas quanto para os empregados”.

Para todos os trabalhadores o reajuste salarial e do auxílio-alimentação foi de 2,81% (dois vírgula oitenta e um por cento), retroativos a 1º de fevereiro, com impacto econômico na casa dos 2,82% (dois vírgula oitenta e dois por cento) para os serviços de vigilância e de 2,81% (dois vírgula oitenta e um por cento) para os serviços auxiliares de segurança patrimonial.

Função	Salário Hora (R\$)	Salário Mensal (R\$)
*Vigilante	6,58	1.447,60
*ASP	5,23	1.150,60
*Vale-Alimentação = R\$ 19,23 (dezenove reais e vinte e três centavos).		

Além disso, as Convenções Coletivas seguem em fase de registro no Ministério do Trabalho e Emprego. Para mais detalhes, continue acompanhando o andamento das Convenções em www.sindesp.br

Projeto Jovem Profissional promove capacitação focada em empreendedorismo e inovação



O Instituto Catarinense de Educação Profissional (ICAEPS) iniciou o ano de 2018 reformulado, com novos investimentos e projetos. A primeira grande ação da nova fase é o Projeto Jovem Profissional, patrocinado pelo SEAC-SC e com apoio do Sindesp-SC, Júnior Achievement e Fevasc. O mote do Jovem Profissional é auxiliar na capacitação e inserção dos jovens catarinenses no mercado de trabalho, por meio de cursos atualizados com foco em empreendedorismo e inovação, tendo como público-alvo jovens entre 14 e 24 anos, preferencialmente filhos de colaboradores das empresas do segmento de asseio, conservação e serviços terceirizados associadas ao ICAEPS e jovens em vulnerabilidade social do estado de Santa Catarina.

Em parceria com a Junior Achievement está sendo oferecido aos participantes o módulo Conectado com o Amanhã, que aborda temas como Mercado de Trabalho, Liderança, Feedback, Gestão de Carreira, Currículo, Entrevista de Emprego, Networking e Empreendedorismo. Cada turma conta com 35 pessoas que, ao final do curso, terão o currículo disponibilizado em um banco de dados aberto para consulta pelas empresas associadas. As cidades de Florianópolis, Blumenau, Joinville, Chapecó, Joaçaba, Criciúma e Lages receberão as aulas no primeiro ano do projeto. Os jovens podem fazer inscrição pelo site e as turmas estão sendo oferecidas em atendimento à demanda de inscritos.

O ICAEPS conta com apoio de instrutores voluntários, gestores das empresas associadas, treinados de forma online no site da Junior Achievement para exercer o ofício. "Desde sua criação em 2013, o ICAEPS já qualificou mais de dois mil profissio-

nais para os segmentos de asseio, conservação e segurança privada. Nesta nova fase, criamos o Jovem Profissional, que irá formar três mil alunos nos próximos três anos. As primeiras aulas tiveram início no primeiro semestre e os resultados são fantásticos. Nos próximos meses, abriremos mais turmas do Jovem Profissional e lançaremos outros projetos que irão impactar positivamente em toda a sociedade catarinense", destaca o presidente do ICAEPS, Evandro Fortunato Linhares.

Informações sobre o Jovem Profissional e o ICAEPS podem ser obtidas pelo telefone (48) 3223-1678 ou pelo e-mail projetos@icaeps.com.br

Sindesv-MS promove treinamento sobre o e-Social

O Sindicato das Empresas de Vigilância Segurança e Transportes de Valores do Estado do Mato Grosso do Sul (Sindesv-MS) promoveu no dia 21 de junho, no Plenário da Fecomércio, em Campo Grande-MS, um treinamento sobre o e-Social. O advogado especialista em Direito Trabalhista e Sindical Giordano Adjuto, da empresa Methodus, ministrou a palestra do e-Social. Por sua vez, Tatiane de Paula, da Quantum Consultoria, comandou o workshop e-Social na Prática. As apresentações esclareceram de forma prática essa ferramenta que é de suma importância para que as empresas possam estar atualizadas e em dia com as escriturações fiscais eletrônicas.



O presidente da entidade, Amilto José do Pilar, abriu o evento. No discurso, ele cumprimentou os palestrantes e todos os presentes. Pilar ressaltou a importância das empresas estarem atualizadas e obterem de forma clara o conhecimento do modo como implantar o e-Social nas empresas, pois, nos dias de hoje, é preciso estar atento às informações que garantem a sobrevivência do mercado.

O treinamento foi possível pela parceria do Sindesv-MS com o Projeto Fenavist Negócios e o SEAC/MS.

Sindesp-PR promove palestras para associados

Sempre comprometido em proporcionar o aperfeiçoamento dos profissionais que atuam no segmento, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná promoveu, no mês de agosto, dois importantes eventos.

No dia 8, o tema foi o e-Social. No período da manhã, o advogado especialista em Direito Trabalhista e Sindical, Giordano Adjuto, proferiu uma palestra sobre o tema. À tarde, foi a vez dos profissionais da Quantum Consultoria realizarem o workshop e-Social na Prática.

Já no dia 20 de agosto, em parceria com SEAC-PR e a Associação Comercial do Paraná, o Sindesp-PR realizou o Fórum Reforma Trabalhista. À desembargadora do trabalho, Vólia Bonfim, coube a responsabilidade de apresentar o tema A Nova CLT: O Que Mudou Para as Empresas.

SESVESP promove IV ERESP



O Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP) promove no dia 12 de setembro, das 13h30 às 17h, no Novotel São Paulo Center Norte, em São Paulo-SP, o IV Encontro Regional das Empresas de Segurança Privada do Estado

(ERESP). Os interessados devem acessar o site da entidade www.sesvesp.com.br.

Presidente do Sindesp-BA participa do Comitê Interinstitucional de Segurança Viária da Bahia

O presidente do Sindesp-BA, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, atendendo a convite do Ministério Extraordinário da Segurança Pública/Polícia Rodoviária Federal, tomou assento no Comitê Interinstitucional de Segurança Viária da Bahia, que tem como objetivo discutir desafios e soluções para garantia de uma segurança viária cada vez mais efetiva, principalmente para os usuários mais

vulneráveis no trânsito, combatendo assim a incidência de mortos e feridos, bem como a criminalidade nas rodovias federais que cortam a Bahia. A participação dos representantes é de suma importância para que o Plano de Ação seja discutido, elaborado e implantado de forma eficaz.

Evento promovido pelo Sindesp-RO em parceria com a Fenavist é um sucesso

O auditório da Ordem dos Advogados do Brasil de Rondônia ficou lotado no dia 19 de junho. Representantes de empresas de segurança privada e de limpeza e conservação, além de advogados, contadores, comerciários e acadêmicos prestigiaram as palestras promovidas pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada de Rondônia (Sindesp-RO).

Pela manhã, os trabalhos ficaram por conta da consultora jurídica da Fenavist, Lirian Cavalheiro. Com o título Reforma Trabalhista: Direito Material, Impacto nos Contratos de Trabalho, a apresentação esclareceu as dúvidas e reforçou os principais pontos alterados pela nova legislação trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017.

Após o intervalo para almoço, foi a vez do advogado especializado em Direito do Trabalho e Sindical Giordano Adjuto abordar O e-Social e as Mudanças na Relação entre Empregador e Empregado. Desde o início do ano, as empresas brasileiras, de forma gradativa, de acordo com o cronograma estabelecido, estão tendo que utilizar o sistema. Os empregadores são obrigados a comunicar ao Governo as informações sobre os trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS.

O evento contou com o apoio da OAB-RO, da Planear Serviços Empresariais, do SEAC-RO, da Fecomércio-RO, do Sebrae, da CDL-RO, da SESCAP-RO e do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia.

SEMEESP

Endereço: R. Bernardino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
 São Paulo-SP, CEP: 02512-000
 Telefone: (11) 2537-8301
 E-mail: adm@semeesp.com.br
 Presidente: Autair Iuga

SESVESP

Endereço: R. Bernardino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
 São Paulo-SP, CEP: 02512-000
 Telefone: (11) 3858-7360
 E-mail: sesvesp@sesvesp.com.br
 Presidente: João Eliezer Palhuca

SINDESP/AC

Endereço: Rua 6 de Agosto Lj, 1 n° 853 - Centro Rio Branco-AC, CEP 69901-000
 Telefone: (68) 3223-9672
 E-mail: sindesp2018ac@gmail.com
 Presidente: Carlos Eduardo Lobato Frota

SINDESP/AL

Endereço: Rua Dr. Luis Pontes de Miranda n° 36 Ed. Delmiro, Sl 305 - Centro - Pça. Palmares Maceió-AL, CEP: 57020-140
 Telefone: (82) 3326-1325
 E-mail: sindesp-albr@ig.com.br
 Presidente: Marcus Vinicius Castro do Nascimento

SINDESP/AM

Endereço: Rua Belo Horizonte 19, sala 717 Adrianópolis - Centro, Manaus-AM, CEP: 69057-060
 Telefone: (92) 3613-1213
 E-mail: sindespam@sindespam.com.br
 Presidente: José Pacheco Ferreira

SINDESP-AP

Endereço: Rua Jovino Dinoá - de 1094/1095 a 2614/2615, n° 1770, Condomínio Marnazul sala 4 - Central, Macapá-AP
 Telefone: (96) 2101-3308
 E-mail: sindesp-ap@hotmail.com
 Presidente: Luis Fernando de Azevedo da Silva

SINDESP/BA

Endereço: Av. Tancredo Neves, n° 274 Bloco "B" Centro Emp. Iguatemi - Sl 421/422 Pituba - Salvador-BA, CEP: 41820-020
 Telefone: (71) 3450-0411/0563
 E-mail: sindespba@terra.com.br
 Presidente: Paulo Cruz Azevedo

SINDESP/CE

Endereço: Rua Pereira Filgueiras, 2020 Sl 303/304 - Aldeota - Fortaleza-CE, CEP: 60160-150
 Telefone: (85) 3244-5599
 E-mail: sindesp-ce@fortalnet.com.br
 Presidente: Urubatan Estevam Romero

SINDESP/DF

Endereço: SAAN Quadra 03 Lote 1300 - Brasília-DF, CEP: 70632-300
 Telefone: (61) 3233-9922/8338
 E-mail: sindesp@sindesp-df.com.br
 Presidente: Luis Gustavo Silva Barra

SINDESP/ES

Endereço: Av. Cesar Helal, 323 Bento Ferreira - Vitória-ES, CEP: 29050-657
 Telefone: (27) 3325-5025
 E-mail: sindespadm@terra.com.br
 Presidente: Edimar Barbosa

SINDESP/GO

Endereço: Rua dos Bombeiros n° 128 Qd. 248 Lts 12/14/15
 Pq. Amazônia - Goiânia-GO,
 CEP: 74835-210
 Telefone: (62) 3218-5946/5174
 E-mail: sindespgoias@uol.com.br
 Presidente: Leonardo Ottoni Vieira

SINDESP/MA

Endereço: Rua Oswaldo Cruz, 1555 - Sala 708 - 7º Andar - Ed. João Pessoa - São Luís-MA
 CEP: 65020-251
 Telefone: (98) 3221-4557
 E-mail: sindesppma@bol.com.br
 Presidente: Domingos Alcântara Gomes

SINDESP/MG

Endereço: Av. Raja Gabáglia, 1492 Sl. 1001/1004-10º Andar - Bairro Gutierrez - Belo Horizonte-MG,
 CEP: 30441-194
 Telefone: (31) 3327-5300
 E-mail: sindesp-mg@sindesp-mg.com.br
 Presidente: Edson Pinto Neto

SINDESP/MT

Endereço: R. Desembargador Ferreira Mendes, 233 Ed Master Center Sl 2/3 - Centro Sul - Cuiabá -MT, CEP: 78020-200
 Telefone: (65) 3027-6607/3607
 E-mail: secretaria@sindesp-mt.com.br
 Presidente: Ângelo Roberto Jacomini

SINDESP/PA

Endereço: Rua dos Mundurucus 3.100, sala 2303, Ed Metropolitan Tower - Guamá - Belém-PA,
 CEP: 66073-000
 Telefone: (91) 3246-3436
 E-mail: gerencia.sindesp@sindesp-pa.com.br
 Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca

SINDESP/PB

Endereço: Av. Dom Pedro II, 1269 Sala 802/803 Ed Síntese - Centro João Pessoa-PB, CEP:58013-000
 Telefone: (83) 3241-6466/6489
 E-mail: sindesp-pb@hotmail.com
 Presidente: Andréa Carla Gomes Pimenteira Thomaz

SINDESP/PE

Endereço: Av. Agamenon Magalhães, 2764, Sala 103 Ed Emp. Ant. Albuquerque Galvão Bairro: Espinheiro - Recife-PE,
 CEP: 52020-000
 Telefone: (81) 3421-4520 e 3423-5032
 E-mail: sindesp@sindesp-pe.com.br
 Presidente: Agostinho Rocha Gomes

SINDESP/PI

Endereço: Av. Barão de Castelo Branco, n° 3319 B. Monte Castelo Teresina-PI, CEP: 64016-850
 Telefone: (86) 2106-0924/0900
 Presidente: Alípio José Castelo Branco Júnior

SINDESP/PR

Endereço: Rua João Parolin, n° 1416 - Parolin - Curitiba-PR,
 CEP: 80220-290
 Telefone: (41) 3233-6880
 E-mail: sindesp@sindesp-pr.org.br
 Presidente: Alfredo Vieira Ibiapina Neto

SINDESP/RJ

Endereço: Av. Paulo de Frontin, 383 Rio Comprido - Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20261-240
 Telefone: (21) 2293-4354
 E-mail: sindesp-rj@sindesp-rj.com.br
 Presidente: Frederico Carlos Crim Camara

SINDESP/RN

Endereço: Av. Odilon Gomes de Lima 1727 Sala 06 Prédio Comercial Cond. N. Sra. Da Paz Capim Macio - Natal-RN
 CEP: 59078-400
 Telefone: (84) 3217-0476
 E-mail: sindesprn@hotmail.com
 Presidente: Edmilson Pereira de Assis

SINDESP/RO

Endereço: Avenida Amazonas, 9069 - Socialista - Porto Velho-RO
 CEP: 76828-870
 Telefone: (69) 3229-0315
 E-mail: sindespro_sindesp@hotmail.com
 Presidente: Francisco Assis B. Fonseca

SINDESP/RS

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 1570 Sala 207 - Porto Alegre-RS
 CEP: 90150-004
 Telefone: (51) 3233-7172/9744
 E-mail: sindesprs@sindespr.com.br
 Presidente: Silvio Renato Medeiros Pires

SINDESP/SC

Endereço: R. Deodoro, 226 Ed. Marco Pólo 4º Andar - Centro Florianópolis-SC,
 CEP: 88010-020
 Telefone: (48) 3223-1678/1393
 E-mail: sindesp@sindesp-sc.org.br
 Presidente: Dilmo Wanderley Berger

SINDESP/SE

Endereço: Rua Terezinha da Costa Santos, 347 Jardim Alvorada Aracaju-SE, CEP: 49045-133
 Telefone: (79) 3231-5971
 E-mail: sindesp-se@infonet.com.br
 Presidente: Sandro Ataíde Moura

SINDESP/TO

Endereço: Quadra 204 Sul Alameda 13, Lote 02 (antiga ARSE 21) Palmas-TO, CEP: 77020-476
 Telefone: (63) 3213-2288/3214-6593
 E-mail: sindespto@uol.com.br
 Presidente: Joseph Ribamar Madeira

SINDESV-MS

Endereço: Rua Japão 815, Jôquei Club, Campo Grande-MS,
 CEP: 79.080-450
 Telefone: (67) 3222-5422/99245 0307
 E-mail: secretariaexecutiva@sindesvms.com.br
 Presidente: Amílto José do Pilar

SINESVINO

Endereço: Rua Julio de Castilhos, 651 Sala 109 - Centro Farroupilha-RS, CEP: 95180-000
 Telefone: (54) 3268-6555
 E-mail: sindicato.sinesvino@gmail.com
 Presidente: Gilberto Perera

SINDESP/RR

Endereço: Av. Benjamin Constant, n° 1171 sala 08B - Centro Boa Vista-RR, CEP: 69301-020
 Telefone: (95) 3198-2203
 Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca



**DENILSON COLODETTI
PINHEIRO**
Visão do Futuro

Aos 50 anos, Denilson Colodetti Pinheiro é um profissional moderno, atento às constantes mudanças pelas quais o setor passa. Bacharel em Ciências Contábeis com MBA Executivo pelo IBMEC/INSPER e PMD pela ISE/IESE, Business School Universidade de Navarra – Espanha, o profissional atua há 13 anos no segmento de segurança privada. Antes de iniciar as atividades na empresa Prosegur, atuou em outras empresas internacionais de áreas como tecnologia e farmácia.

Na multinacional espanhola, Denilson já ocupou as posições de Controller, CFO, diretor regional (Vigilância e Transporte de Valores), diretor do negócio de Tecnologia e diretor do negócio de Alarmes. Atualmente atua como diretor de Desenvolvimento Negócio Security – América. Nessa função tem a responsabilidade de estimular o crescimento da atividade de segurança na América. “Dentro deste escopo, atuar e apoiar o Desenvolvimento Setorial da Segurança Privada no Brasil tem significativa relevância”, afirma.

O executivo aponta que o futuro da segurança pública e da segurança privada passa por uma maior integração entre as duas, só assim a questão do crescimento da violência poderá ser combatida. Ele defende, ainda, a constante atualização “Temos que nos antecipar a essas mudanças que estão cada vez mais próximas do que imaginamos. E certamente tudo isso vai impulsionar o aumento da expectativa de clientes e da sociedade quanto aos serviços de segurança”, explica.

Membro do Conselho Fiscal da Fenavist e da Diretoria Executiva do SESVESP, Denilson fala sobre a importância da atividade sindical. “Estruturar e incentivar um maior desenvolvimento do setor e da sociedade com aumento da qualidade e credibilidade na prestação dos serviços de segurança privada. É importante para liderar e influenciar as mudanças necessárias para atingir esses objetivos”, conclui.



**SIMONE CARELLO
MALVACCINI**
Mudança que deu certo

Com a crise econômica das décadas de 80 e 90, marcada pela alta inflação, até então uma profissional da área de Educação Física, Simone Carello Malvaccini se viu obrigada a buscar novos rumos. Na segurança privada enxergou uma oportunidade. Tiro certeiro. Formada em Educação Física, Gestão de Segurança Privada, Técnicas em Marketing e MBA em Gestão Pública, hoje é considerada uma das executivas mais experientes do setor de segurança.

Com propriedade, Simone explica a importância do trabalho desenvolvido pelos executivos do setor de segurança. Segundo ela, fundamentais, pois são os responsáveis por administrar os interesses dos sindicatos na condução dos processos de gestão e de relacionamento com as empresas do segmento, sempre os mantendo bem-informados sobre o contexto do setor representado.

Há mais de 20 anos atuando no segmento, Simone ressalta a importância da atividade sindical. “As organizações sindicais são instituições de suma importância nas sociedades democráticas, pois foram criadas para defender os interesses das empresas, discutindo as dificuldades dos profissionais, legislações, mudanças econômicas, entre outras ações.”

Sobre a perspectiva para o setor, a executiva declara que “Acho de extrema importância a aprovação do Projeto de Lei que institui o Estatuto da Segurança Privada, com uma legislação mais adequada aos tempos atuais e o combate à clandestinidade”.



Fique ligado na nossa
Agenda

Setembro

- 11/09:** Reunião dos Jurídicos Fenavist e FEBRAC - Local: Brasília-DF (09h00 às 18h00)
- 12/09:** Reunião Conselho Gestor - Local: São Paulo-SP (9h00)
- 12/09:** IV ERESP - São Paulo-SP (13h30)
- 13/09:** Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist - Local: Belo Horizonte-MG (14h00)
- 13/09:** 30 anos do Sindesp-MG - Local: Belo Horizonte - MG (20h00)

Outubro

- 11 a 22/10:** Missão África do Sul - Local: África do Sul
- 24 a 26/10:** VI Encontro Nacional das Escolas de Formação de Vigilantes - Local: Salvador-BA
- 25/10:** Reunião de Diretoria Executiva - Local: Salvador-BA (14h00)

Novembro

- 07 e 10/11:** GEASSEG - Local: Belo Horizonte - MG
- 27/11:** Reunião de Diretoria Executiva e Assembleia Geral Ordinária - Local: Brasília-DF - (09h30)
Jantar de Encerramento do Ano - Local: Brasília-DF (20h00)



Projeto

Fenavist
Negócios

APOIA

www.beneficiosocial.com.br

Benefício Social Familiar
do seu Sindicato



#segurancaunidaesegurancaforte

Venha fazer
parte desse
grande projeto.
Juntos, somos
mais fortes!

VALE ALIMENTAÇÃO



SEGURO DE VIDA

+ Responsabilidade Civil e Seguro Garantia



CRÉDITO CONSIGNADO



PLANO ODONTOLÓGICO




CONSULTORIA FISCAL E TRIBUTÁRIA



Para saber mais entre contato

 www.fenavist.org.br/negocios

 negocios@fenavist.org.br

 61 3327-5440

 [instagram.com/fenavistnegocios/](https://www.instagram.com/fenavistnegocios/)

 [facebook.com/fenavistnegocios](https://www.facebook.com/fenavistnegocios)


SERVIÇOS DE QUALIDADE DE VIDA


ARBITRAGEM ODONTOLÓGICA

 JPBALABAN
& ADVOGADOS

 BIORC
Z. de Arbitragem Odontológica, Pós-graduação

 Fianzas
CORRETORA DE SEGUROS